

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS  
E DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

Ensino superior - 1995 a 2005

**Cipes**

*Fundação das Universidades  
Portuguesas  
Fevereiro de 1999*

Este trabalho foi realizado no Cipes (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior) da Fundação das Universidades Portuguesas, em resposta a uma solicitação do CRUP que subsidiou este trabalho de investigação.

São responsáveis pelo texto Alberto Amaral e Pedro Teixeira, investigadores do Cipes, devendo-se à Engenheira Antonieta Rodrigues, da Secretaria de Estado do Ensino Superior, as estimativas das necessidades orçamentais de 1999 a 2005, bem como inúmeras discussões e uma revisão do texto que permitiram aperfeiçoar este trabalho.

São igualmente devidos agradecimentos ao Departamento de Ensino Superior, pelas estimativas do número de alunos de graduação e pós-graduação das instituições públicas de ensino superior, entre 1999 e 2005.

Finalmente, é devido um agradecimento à Direcção de Serviços de Avaliação e Prospectiva, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, pela elaboração do estudo “Simulação da Procura dos Ensinos Básico e Secundário”, documento extensivamente utilizado neste trabalho.

## Índice

|  |    |
|--|----|
| 0. Introdução  | 1  |
| 1. A previsão do número de alunos                                  | 2  |
| 1.1 A fase de expansão   | 2  |
| 1.2 A promoção da qualidade  | 4  |
| 1.3 O efeito sobre o sector público                                | 6  |
| 1.4 As preferências dos estudantes                                 | 8  |
| 1.5 O ensino público e o ensino privado; algumas clarificações     | 9  |
| 1.6 Estudo prospectivo até 2005/06                                 | 10 |
| 2. A evolução do financiamento                                     |    |
| 2.1 Comparação de níveis de financiamento na Europa                | 21 |
| 2.2 A evolução da despesa pública em educação e no ensino superior | 31 |
| 2.3 A evolução da fórmula de financiamento                         | 38 |
| 3. A previsão das necessidades de financiamento                    | 43 |

## Índice dos Quadros

### Quadro 1 - P. 6

Numero de novos alunos nas instituições públicas, privadas e U. Católica

### Quadro 2 - P. 6

Preenchimento das vagas oferecidas por universidades privadas (1997/98)

### Quadro 3 - P.11

Escolarização do sistema

### Quadro 4 - P.12

Transição dos alunos do 12º ano (1995/96)

### Quadro 5 - P. 15

Evolução do número de alunos por ano de escolaridade - Continente

### Quadro 6 - P. 16

Evolução do número de alunos por ano de escolaridade - Região Norte

### Quadro 7 - P. 17

Evolução do número de alunos por ano de escolaridade - Região Centro

### Quadro 8 - P. 18

Evolução do número de alunos por ano de escolaridade - Região Lisboa e Vale do Tejo

### Quadro 9 - P. 19

Evolução do número de alunos por ano de escolaridade - Região do Alentejo

### Quadro 10 - P. 20

Evolução do número de alunos por ano de escolaridade - Região do Algarve

### Quadro 11 - P. 21

Projeções de população residente em Portugal - INE

### Quadro 12 - P. 23

Despesa pública no ensino superior como percentagem do PIB

### Quadro 13 - P. 24

Despesa pública no ensino superior como percentagem da despesa pública total

**Quadro 14 - P. 25**

Despesa pública no ensino superior como percentagem do orçamento de educação

**Quadro 15 - P. 26**

Despesa pública por aluno no ensino universitário

**Quadro 16 - P. 27**

Despesa pública por aluno no ensino não universitário

**Quadro 17 - P. 28**

Variação da despesa pública por aluno no ensino universitário

**Quadro 18 - P. 29**

Variação da despesa pública por aluno no ensino não universitário

**Quadro 19 - P. 30**

Despesa pública por aluno corrigida em PPP

**Quadro 20 - P. 31**

Evolução da despesa pública em educação

**Quadro 21 - P. 32**

Peso relativo da despesa pública em educação

**Quadro 22 - P. 32**

Orçamento do Ministério da Educação

**Quadro 23 - P. 33**

Financiamento do ensino superior público

**Quadro 24 - P. 34**

Evolução do financiamento público por subsistema público

**Quadro 25 - P. 35**

Financiamento do ensino superior público - PIDDAC

**Quadro 26 - P.36**

Financiamento da Acção social escolar pelo PIDDAC

**Quadro 27 - P. 37**

Financiamento da Acção social escolar via OGE

Quadro 28 - P. 37

Financiamento por aluno nos subsistemas públicos

Quadro 29- P. 41

Evolução do custo médio do pessoal docente - universidades públicas

Quadro 30 - P. 42

Evolução do custo médio do pessoal não docente - universidades públicas

Quadro 31 - P. 42

Evolução do custo médio do pessoal docente - politécnicos públicos

Quadro 32 - P. 43

Evolução do custo médio do pessoal não docente - politécnicos públicos

Quadro 33 - P. 47

Previsão das necessidades de financiamento até 2005

Quadro 34 - P. 48

Evolução anual das necessidades de financiamento

Quadro 35 - P. 49

Orçamento das universidades - ano 2000

Quadro 36 - P. 50

Orçamentos das universidades - ano 2001

Quadro 37 - P. 51

Orçamentos das universidades - ano 2002

Quadro 38 - P. 52

Orçamentos das universidades - ano 2003

Quadro 39 - P. 53

Orçamentos das universidades - ano 2004

Quadro 40 - P. 54

Orçamentos das universidades - ano 2005

Quadro 41 - P. 55

Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2000

**Quadro 42 - P. 56**

Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2001

**Quadro 43 - P. 57**

Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2002

**Quadro 44 - P. 58**

Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2003

**Quadro 45 - P. 59**

Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2004

**Quadro 46 - P. 60**

Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2005

## Índice dos gráficos

### Gráfico 1 - P. 2

Taxa de participação no ensino superior

### Gráfico 2 - P. 3

Número de alunos no ensino superior

### Gráfico 3 - P. 4

Vagas oferecidas pelos sectores público e privado do ensino superior

### Gráfico 4 - P. 5

Número total de candidatos e de vagas nas instituições públicas

### Gráfico 5 - P. 5

Número total de vagas e de candidatos (público+privado)

### Gráfico 6 - P. 15

Evolução do número de alunos (10º,11º,12º anos) - Continente

### Gráfico 7 - P. 16

Evolução do número de alunos (10º,11º,12º anos) - Região Norte

### Gráfico 8 - P. 17

Evolução do número de alunos (10º,11º,12º anos) - Região Centro

### Gráfico 9 - P. 18

Evolução do número de alunos (10º,11º,12º anos) - Região Lisboa e Vale do Tejo

### Gráfico 10 - P. 19

Evolução do número de alunos (10º,11º,12º anos) - Região do Alentejo

### Gráfico 11 - P. 20

Evolução do número de alunos (10º,11º,12º anos) - Região do Algarve



## 0. Introdução

Este trabalho é uma resposta do Cipes, Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, da Fundação das Universidades Portuguesas, a uma solicitação do CRUP, no sentido de ser feita uma previsão da evolução da procura do ensino superior em Portugal e das necessidades de financiamento do ensino superior público, até 2005.

A primeira parte do trabalho é dedicada ao estudo da evolução do número de alunos, o qual se considerou necessário face ao conhecimento da diminuição do número de alunos nos primeiros anos do ensino básico (são inúmeras as escolas primárias que encerraram por falta de alunos) e à ideia divulgada de que o decréscimo de natalidade seria aproximadamente compensado pela elevação das taxas de escolarização, nomeadamente pela extensão do ensino obrigatório da 6<sup>a</sup> para a 9<sup>a</sup> classes.

Aquela hipótese não é confirmada havendo, pelo contrário, a previsão de uma diminuição muito significativa do número de alunos do 12<sup>o</sup> ano até 2005/06, com a conseqüente diminuição dos candidatos ao ensino superior, o que irá criar dificuldades graves às instituições de ensino superior, nomeadamente as privadas, última preferência dos alunos.

Mostra-se, ainda, que a ideia de ter havido uma grande dispersão do ensino privado em todo o país não corresponde à realidade; o ensino superior privado concentra-se nas regiões mais desenvolvidas, onde existem famílias dispostas a suportar os encargos do ensino dos filhos nestas instituições, ou seja, o ensino privado concentra-se em Lisboa e Porto e na Região Norte, cabendo ao ensino público contribuir para uma maior distribuição da oferta no todo nacional.

A segunda parte do trabalho é dedicada a uma análise da evolução do financiamento nos últimos anos, sendo feitas comparações a nível europeu, sempre que possível. Os dados mostram que a situação em Portugal tem sido favorável ao desenvolvimento das instituições, notando-se uma aproximação progressiva aos países mais desenvolvidos, nos quais tem havido uma diminuição continuada do financiamento por aluno. Em particular, deve-se notar um aumento significativo do financiamento a partir de 1996, bem como um tratamento claramente desigual entre as instituições universitárias e os politécnicos.

A última parte do estudo é dedicada a uma previsão das necessidades de financiamento até 2005. A previsão de uma diminuição do número de candidatos leva a assumir nestas previsões que não há aumento dos números clausus a partir de 1999, o que se traduz numa diminuição progressiva da velocidade de crescimento dos alunos no ensino superior público - as taxas de crescimento do número de alunos passam de 5,7% em 2000 para apenas 1,2% em 2005.

## 1. A previsão do número de alunos

### 1.1. A fase de expansão

Quando se deu a revolução de Abril de 1974, Portugal recebeu da ditadura uma herança terrível em termos de educação<sup>1</sup>; o nível geral de educação era extremamente baixo, havia um alto índice de analfabetismo e a participação no ensino superior era igualmente baixa (6 a 7% da faixa etária dos 18-24 anos).

Ao contrário da velha Constituição de 1933 que não garantia o direito à Educação, a nova Constituição de 1976 reconhece o direito de todos os portugueses à educação, bem como a liberdade de ensinar e de aprender. Por esse motivo, a educação foi considerada uma área prioritária por todos os governos depois de 1974 e o ensino superior recebeu, também, alguma prioridade.

A tarefa a enfrentar era, porém, enorme e muitos dos esforços iniciais incidiram sobre os ensinamentos básico e secundário, pelo que o ensino superior só recebeu uma maior atenção a partir dos anos 80. O ensino superior conheceu, então, um desenvolvimento muito significativo, tendo a taxa de participação aumentado de cerca de 7% em 1974 até aos actuais 40% (Gráfico 1) o que ficou a dever-se, em grande medida, ao crescimento explosivo do ensino superior privado.

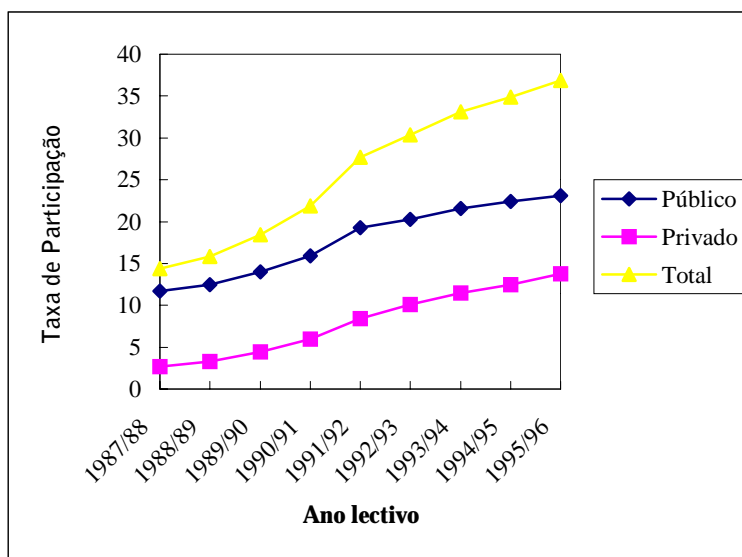


Gráfico 1

Taxa de participação no ensino superior (% dos jovens na faixa etária 20-24 anos)

Entre 1987 e 1991 houve um aumento de 40% do número de alunos no sector público, contra um aumento de 250% no sector privado (Gráfico 2). Em 1983/84 a distribuição dos alunos era a seguinte: universidades públicas - 76%, politécnicos públicos - 12,6%, universidades privadas - 7,9% e politécnicos privados - 3,3%. Em 1989/90 estes valores eram, respectivamente, 63,5%, 15,0%, 10,5% e 11,0% e em 1996/97 passaram a ser 46,7%, 18,6%, 15,0% e 19,7%.

<sup>1</sup> De acordo com os relatórios da OCDE a situação em Portugal era muito inferior à da Grécia, apenas sendo comparável à da Turquia.

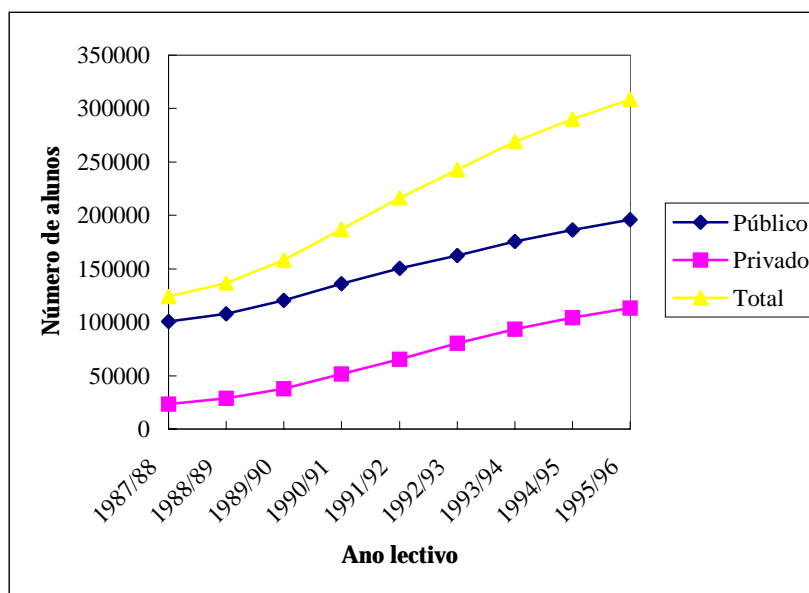


Gráfico 2

Número de alunos no ensino superior (público, privado e total)

O crescimento do ensino privado foi, de facto, explosivo e em 1991, pela primeira vez, o número de vagas no sector privado ultrapassou o número de vagas no sector público (Gráfico 3). Verifica-se que o Ministério da Educação tem feito a regulação do sistema de ensino superior essencialmente a partir do número de alunos, quer controlando os *numerus clausus* dos diversos cursos<sup>2</sup>, quer alterando as regras de acesso. A observação do Gráfico 4 mostra como o Ministro Roberto Carneiro criou, em 1989, condições favoráveis ao crescimento do sector privado quando retirou o carácter eliminatório aos exames de acesso ao ensino superior, duplicando a procura de um dia para o outro.

Não são claras as razões que levaram o Ministro da Educação (Roberto Carneiro) a tomar esta medida: responder a pressões sociais crescentes ou desenvolver o sector privado, livrando-o da bancarrota<sup>3</sup>. O Gráfico 4 mostra que se a procura tivesse seguido um percurso normal (como aconteceu até 1989), as vagas oferecidas pelo sector público acomodariam a prazo a maioria dos candidatos e as instituições privadas não conseguiriam certamente sobreviver, nunca se tendo desenvolvido como o fizeram.

<sup>2</sup> O Ministério da Educação, por diversas vezes, tem mantido ou mesmo reduzido as vagas do sector público em algumas áreas específicas, como por exemplo as Letras, provavelmente por considerar que o sector privado pode atender o excedente da procura. É verdade que o Ministério também reduziu de forma significativa a oferta do sector privado, evitando uma maior distorção do sistema.

<sup>3</sup> Um livro publicado por Roberto Carneiro (*Educação Livre - uma fronteira da hegemonia do Estado*, Ed. Asa, Porto, 1994) não deixa, porém, dúvidas sobre a sua crença ideológica nos benefícios do ensino privado; ele escreve mesmo um “manifesto contra o Estado hegemónico”.

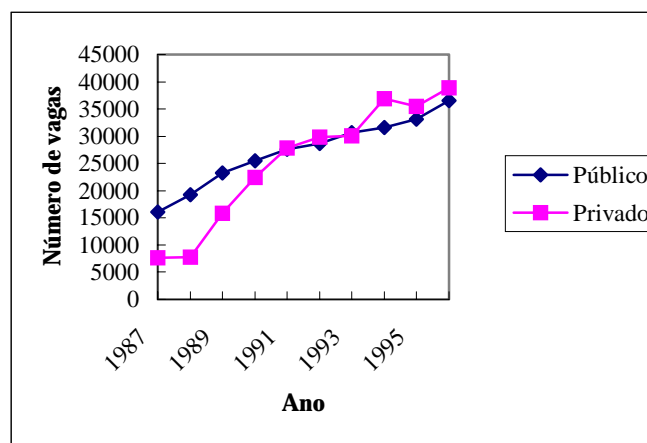


Gráfico 3

Vagas oferecidas pelos sectores público e privado de ensino superior

O Gráfico 4 mostra, ainda, um crescimento anómalo da procura em 1994 e 1995, o que resultou de medidas tomadas pela Ministra Manuela Ferreira Leite para facilitar a conclusão do ensino secundário a um grande número de alunos que aí se tinham acumulado (condições de excepção na transição e matrícula dos alunos, como consequência da reforma do 11º ano, em 1994/95 e do 12º ano, em 1995/96).

## 1.2. A promoção da qualidade

A partir de 1996 a situação inverteu-se completamente, com uma diminuição significativa do número de candidatos; a taxa de participação no ensino superior tinha já atingido valores que estão na média europeia e o governo deixou de ter como objectivo prioritário a quantidade, passando a centrar-se em questões de aumento da qualidade. O Ministro Marçal Grilo, dando continuidade a uma medida legislativa introduzida em 1993 pelo Ministro Couto dos Santos (exames de passagem de ano nos 10º e 11º anos e exames nacionais por disciplina, no termo do 12º ano), implementou, de novo, os exames nacionais no termo do ensino secundário; além disso, permitiu que as instituições de ensino superior definissem notas mínimas, acabando com a situação caricata dos alunos que por vezes entravam no ensino superior mesmo com nota zero nas provas de acesso.

O efeito destas medidas de defesa da qualidade foi dramático, pois reduziu de forma muito significativa a procura do ensino superior, o que se fez sentir essencialmente no sector privado, regra geral a segunda escolha dos alunos. O Gráfico 5 mostra, claramente, que o número de vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior (público+privado) já é superior ao número de candidatos, o que veio criar uma situação de clara competição pelos alunos.

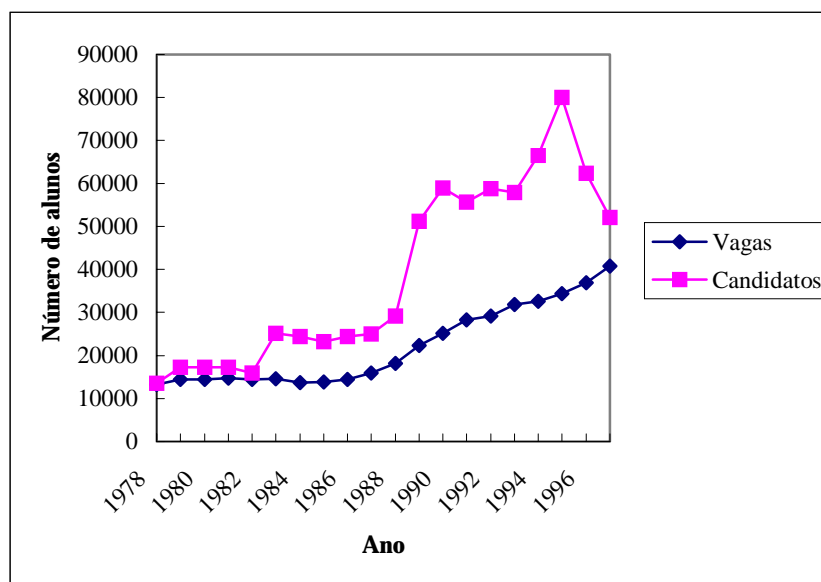


Gráfico 4

Número total de candidatos e número de vagas nas instituições públicas

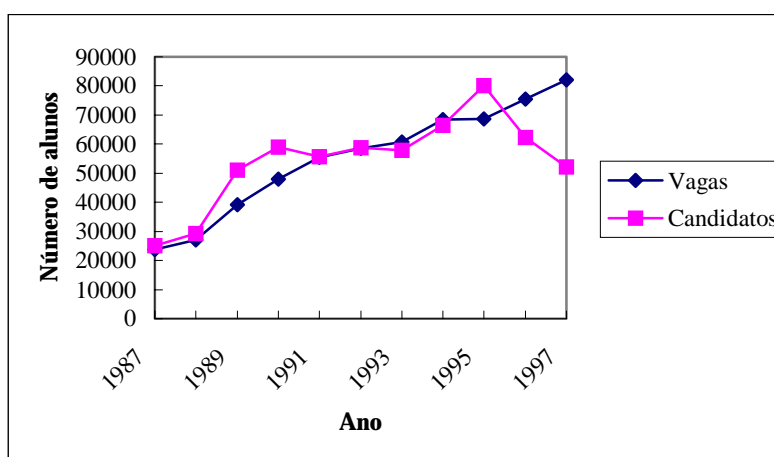


Gráfico 5

Número total de vagas e de candidatos (público+privado)

Os efeitos sobre a captação de alunos pelas instituições são evidenciados de forma mais clara nos Quadros 1 e 2. O Quadro 1 mostra o número de novos estudantes (inscritos pela primeira vez e ingressos por regimes especiais de acesso e por transferência e mudança de curso) que entraram nas instituições públicas e privadas e ainda na Universidade Católica; entre os anos lectivos 1995/96 e 1997/98 o número de novos alunos que entraram nas instituições privadas diminuiu 31,3%, mas aumentou 19,4% nas instituições públicas, havendo, ainda, uma redução de 7% na Universidade Católica. Este é o resultado do efeito combinado de uma diminuição da procura com o aumento constante de novos lugares, oferecidos pelo sector público.

## Quadro 1

Número de novos alunos nas instituições públicas, privadas e U. Católica

|             | <u>1995/96</u> | <u>1996/97</u> | <u>1997/98</u> | <u>Δ (95 to 97)</u> |
|-------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|
| Privado     | 28475          | 25468          | 19766          | - 31,3%             |
| Público     | 38034          | 41527          | 45427          | + 19,4%             |
| U. Católica | 1982           | 2081           | 1841           | -7%                 |

O Quadro 2 compara as vagas oferecidas pelas universidades privadas com o seu preenchimento no ano lectivo 1997/98 e torna óbvio que muitos lugares ficaram por ocupar, o que deixa antever uma luta difícil das instituições privadas para conseguirem sobreviver. Em particular, estarão em situação mais delicada as instituições que se endividaram junto da banca para construir novas instalações e o sub-sistema do politécnico privado, mais sensível à concorrência.

## Quadro 2

Preenchimento das vagas oferecidas por universidades privadas (1997/98)

| <u>Universidade Privada</u>        | <u>Vagas</u> | <u>Novos</u> |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Universidade Atlântica             | 350          | 106          |
| U. Autónoma de Lisboa (UAL)        | 1866         | 1207         |
| UAL - Caldas da Raíña              | 250          | 56           |
| U. Fernando Pessoa                 | 1122         | 380          |
| Universidade Independente          | 1376         | 522          |
| Universidade Internacional         | 960          | 211          |
| U. Internacional - Figueira da Foz | 300          | 129          |
| Universidade Lusíada               | 2484         | 1523         |
| Universidade Lusíada – Porto       | 2290         | 856          |
| Universidade Lusíada – Famalicão   | 827          | 260          |
| Universidade Moderna               | 2888         | 1116         |
| Universidade Portucalense          | 1128         | 569          |

### 1.3. O efeito sobre o sector público

A quebra no número de candidatos verifica-se, também, no ensino superior público, ainda que neste caso, e dado que o número de candidatos é superior ao número de vagas, os efeitos não são ainda muito visíveis. No entanto, esta situação pode agravar-se, pois entre 1993/94 e 1998/99 se o número de vagas cresceu em mais de 10 mil, o número de candidatos reduziu-se em mais de 5 mil. Deste modo, onde em 1993/94 havia quase dois candidatos por vaga, hoje há cerca de 1,25 candidatos por vaga.

Surpreendentemente, a quebra revela-se com maior significado no ensino universitário público do que no politécnico público, o qual manteve o número médio de candidatos por vaga, apesar de uma forte expansão. No caso do primeiro, a quebra no número de candidatos em primeira opção atinge quase os dez mil, com o número de vagas a crescer quase cinco mil.<sup>4</sup> No caso do ensino politécnico, o número de candidatos cresceu, ainda que algo menos que o número de vagas, conduzindo a uma situação de quase igualdade entre candidatos em primeira opção e vagas (com inferioridade das segundas)<sup>5</sup>.

Esta evolução apresenta, ainda, alguns resultados curiosos, quando desagregamos os resultados por sub-sistema e por áreas científicas. Quanto à diferenciação por áreas temáticas, verifica-se que certas disciplinas evidenciam uma quebra bastante significativa. Entre estas destacam-se, no ensino universitário, as relativas às Ciências Sociais e Humanas (nomeadamente a Economia, a Gestão, o Direito e as Ciências da Educação), bem como à Agronomia, à Matemática e às Ciências da Computação. Nalguns casos o resultado é ainda mais preocupante pelo facto do número de vagas crescer significativamente (veja-se o caso das Ciências Sociais e Humanas), verificando-se situações em que o número de candidatos em primeira opção é já bastante inferior ao das vagas (Agronomia e Matemática/Ciências da Computação).

Em sentido contrário, evidenciando uma subida significativa do número de candidatos, inclusive maior do que o crescimento do número de vagas, temos, por ordem decrescente, as Ciências Médicas, a Educação Física, a Educação de Infância e os Professores do 1º ciclo do Ensino Básico.

No que se refere ao ensino politécnico, o padrão definido para o ensino universitário é razoavelmente seguido, ainda que com algumas alterações. Deste modo, as quebras no número de candidatos estão esmagadoramente concentradas nas Ciências Sociais e Humanas (nomeadamente Contabilidade, Gestão, Turismo e Secretariado).

Subidas assinaláveis verificam-se nas Ciências da Saúde, nas Engenharias, nas Artes e nalguns cursos de Sociais e Humanas sem exigência de Matemática. Se o primeiro caso não surpreende, pois acompanha a tendência do ensino universitário, os outros três casos apresentam uma evolução inversa da verificada no ensino universitário, sugerindo alguma transferência de candidatos, nestas áreas, do ensino universitário para o politécnico. Esta tendência poderá estar relacionada com uma crescente dificuldade de integração no mercado de trabalho dos diplomados nestas áreas, agravada por uma oferta substancial do ensino privado nestas disciplinas, podendo conduzir a uma revisão em baixa dos cálculos de rentabilidade da obtenção dum diploma universitário nestes cursos. De facto, cerca de 60% dos alunos do ensino superior privado (incluindo também a UCP) estão concentrados nas Ciências Sociais e de Comportamento, na Gestão e no Direito.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Apesar disso, o número de vagas representa ainda apenas cerca de 75% do número de candidatos em 1º opção.

<sup>5</sup> As quais cresceram quase 50% entre 1993/94 e 1998/99.

<sup>6</sup> O valor correspondente para o ensino público é de 25%.

#### 1.4. As preferências dos estudantes

É importante uma análise das preferências dos estudantes, a qual terá que ter em conta o sub-sistema em que os alunos estão inseridos, assim como a instituição e o curso. Esta análise foi feita no excelente documento “*O perfil sócio-económico dos estudantes do ensino superior*” produzido pelo Cnases/Ceos em 1997, ao qual recorreremos.

Neste estudo, observa-se que o grau de satisfação com o curso e a instituição é bastante mais elevado no caso dos alunos a estudarem no universitário público. No caso do privado obtém-se uma percentagem elevada que não se encontra satisfeita com a instituição, ainda que o esteja com o curso frequentado. Este resultado poderá indicar que estes alunos teriam optado pelo ensino universitário privado perante a impossibilidade de frequentarem o ensino universitário público.

No caso do politécnico público existe uma percentagem significativa que não está satisfeita, nem com o curso nem com a instituição. Esta situação é seguida pelos resultados disponíveis para o politécnico privado. Deste modo, o politécnico assume-se como uma segunda escolha, quer em termos de instituição, quer em termos de curso.

Este grau de satisfação é melhor compreendido quando temos presente as preferências dos alunos em termos da sua primeira opção de candidatura. Assim, o universitário público destaca-se largamente como a escolha prioritária dos alunos, seguido muito atrás pelo politécnico público (o qual apresenta uma ligeira vantagem sobre o ensino superior privado).

Na análise da capacidade de atração das instituições (e sub-sistemas) importa ter ainda presente as motivações dos alunos. De acordo com as respostas ao inquérito do Cnases/Ceos, utilizando como amostra aqueles que escolheram o sub-sistema em que se encontram integrados enquanto primeira opção, a proximidade da zona de residência revela-se o factor mais importante na opção dos alunos a frequentar o privado e o politécnico, sendo no entanto apenas o terceiro factor no caso dos alunos que escolheram prioritariamente o universitário público. Para os alunos que escolheram o universitário público os aspectos mais relevantes são os relativos à qualidade e prestígio do curso e da instituição frequentados. Estes são, também, aspectos importantes para os alunos que deram prioridade na sua escolha ao universitário privado (a seguir à questão da proximidade geográfica), embora menos do que nos alunos a estudar no universitário público. Para o politécnico público verifica-se, também, que a facilidade de entrada e os custos/despesas reduzidas são factores significativos na escolha dos candidatos.

O fenómeno é, porém, mais complexo do que o revelado nas respostas dos alunos, como o demonstra o estudo do Cnases/Ceos a propósito da origem sócio-espacial da população estudantil, sendo de reconhecer a grande importância da distância entre o local de residência e a instituição na escolha do aluno.

Em relação ao sector privado verifica-se, como era de esperar, um grande grau de homogeneidade regional, uma vez que uma família só muito dificilmente irá associar os custos de deslocação aos elevados encargos com a frequência do ensino privado. Assim, o grau de homogeneidade regional dos estudantes do privado ultrapassa os 85%: 91% no Norte Litoral, 95% no Norte Interior e Centro Interior e 88% na região de Lisboa e Vale do Tejo.



Quanto ao sector público, os dois grandes centros (Norte Litoral e Lisboa e Vale do Tejo) apresentam uma grande homogeneidade regional em relação ao sector público das outras regiões (80% na primeira região e 85% na segunda). Segundo o estudo citado este é o resultado de dois fenómenos interdependentes: por um lado os alunos do Interior (Norte e Centro), do Centro e do Sul tem maior mobilidade, porventura devido a uma oferta incompleta de áreas de formação nas suas regiões de residência e, por outro, os alunos do Norte Litoral e de Lisboa e Vale do Tejo, sendo em maior número, excedem a capacidade de oferta local e tendem a ocupar as instituições públicas em outras regiões procurando, no entanto, manter alguma relação de proximidade, deslocando-se os alunos do distrito do Porto para Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro e Castelo Branco, ao passo que os alunos do distrito de Lisboa preferem instituições de Santarém, Setúbal e Faro.

### 1.5. O ensino público e o ensino privado; algumas clarificações.

No livro editado por Roberto Carneiro, *“Ensino Livre - uma Fronteira da Hegemonia Estatal”*, verdadeiro documento laudatório das virtudes do ensino privado, fazem-se diversas afirmações que, embora tenham sido assumidas, pelo menos, por parte da sociedade, se verifica não terem fundamento face aos resultados deste estudo. Assim, o Professor Sousa Franco, em artigo publicado nesse livro<sup>7</sup>, afirma que :

*“A cobertura regional - e, em muitos casos social - do país entre nós (num país centralizado e excessivamente desequilibrado em benefício do Litoral e dos grandes centros) só tem sido satisfatoriamente assegurada pelo ensino privado. (...) O facto parece, pois, confirmar que a descentralização e a cobertura regional das necessidades de ensino podem ser favorecidas pela liberdade de iniciativa escolar”*

e ainda que:

*“Um sistema com liberdade escolar pode ser - e tem sido em muitos casos - factor relevante de redução das desigualdades regionais no acesso ao sistema escolar, alargando a rede escolar não oficial às regiões e a certos sectores da população que são mais desfavorecidos.”*

e, considerando que *“...o monolitismo e a burocracia dominam em regra os ensinos estatais de todo o Mundo”*, atribui ao sector privado do ensino uma grande capacidade para desenvolver a diversidade do sistema.

A realidade é bem diferente. Por um lado, como se demonstrará em estudo autónomo, o sector público contribuiu bem mais do que o privado para a diversificação do sistema<sup>8</sup>. Por outro, o presente estudo mostra claramente que a presença do ensino privado se concentra no Litoral (>95%), com mais de 80% em Lisboa e Porto,

---

<sup>7</sup> Sousa Franco (1994), A liberdade de aprender e de ensinar no âmbito das liberdades fundamentais - Fundamentação da liberdade de ensino, em *“Ensino Livre - Uma Fronteira da Hegemonia Estatal”*, Carneiro, R. (ed.), pag. 17-42, Edições Asa, Porto.

<sup>8</sup> Porém, note-se desde já que conforme se afirma na página 6 o sector privado concentra 60% dos alunos nas Ciências Sociais e de Comportamento, na Gestão e no Direito, valor que desce para 25% no sector público.

sendo praticamente insignificante no resto do país. O ensino público consegue uma distribuição menos heterogénea entre regiões, com destaque para uma presença significativa na Região Centro. Também dentro das próprias regiões o ensino público apresenta uma distribuição menos concentrada. Estes dados contrariam a ideia veiculada de que o sector privado tinha permitido uma distribuição mais equitativa do acesso ao ensino superior no território nacional; pelo contrário, o ensino privado concentrou-se nas zonas mais afluentes, de maior procura, deixando a descoberto as zonas do interior ou de menor densidade populacional.

Um fenómeno do mesmo tipo é observado no Brasil, país onde o ensino privado tem ainda muito maior relevância do que em Portugal. No Brasil, a principal razão para as grandes diferenças regionais de oportunidades de acesso ao ensino superior depende muito mais do desenvolvimento do sector privado do ensino superior do que da influência da distribuição dos recursos federais. Na verdade, as instituições privadas estão claramente orientadas para o mercado e expandem-se de acordo com o desenvolvimento social das regiões: o seu predomínio é muito claro na região Sudoeste (72,7%), enquanto que o ensino público predomina nas regiões mais pobres (Norte e Nordeste). Segundo Eunice Durham<sup>9</sup> *“...as unidades da federação Brasileira com melhor taxas de participação (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul) são aquelas onde o sector privado mais se expandiu. O Estado São Paulo, considerado o mais desenvolvido do país, é também o campeão do ensino superior privado, com mais de 80% do número de alunos do estado.”*

## 1.6. Estudo prospectivo até 2005/06

Face a esta realidade interessa fazer um estudo prospectivo para avaliar se a diminuição de candidatos é um fenómeno temporário ou se, pelo contrário, o efeito ainda não sentido da diminuição sustentada da taxa de natalidade irá criar, no futuro, uma redução do número de candidatos possíveis ao ensino superior, o que ditará, naturalmente, uma situação de crise a exigir a tomada de medidas que evitem situações graves de colapso de instituições que deixarão os seus alunos com os cursos incompletos. Veremos que a situação é efectivamente preocupante e a sua solução não se compadece com medidas brandas, ou com o deixar correr na esperança de que tudo se resolverá por si.

O estudo prospectivo baseia-se no estudo “Simulação da Procura dos Ensinos Básico e Secundário”, elaborado pela Direcção de Serviços de Avaliação e Prospectiva do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, em 1998. Este estudo refere-se ao Continente (não são incluídas as regiões autónomas da Madeira e dos Açores) e teve por base o total cumprimento da escolaridade obrigatória até 2000/01 e o nivelamento das disparidades regionais em termos de escolarização do ensino secundário: para as regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve aponta-se para a verificação, em 2000/01, da taxa de escolarização de 64% no 12º ano, já atingida pela região de Lisboa e Vale do Tejo em 1995/96, enquanto que para esta se fixou o valor de 70%. Isso corresponde a admitir para o

---

<sup>9</sup> Durham, E.R., (1993), O sistema federal de ensino superior; problemas e alternativas, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 23, vol. 8, pag. 5-37.

País uma taxa global de escolarização de 66%, a comparar com valores europeus da ordem dos 78%. Note-se que apenas se considerou o ensino diurno e não são contabilizados os alunos que, embora não obtendo o diploma do ensino secundário, poderão ter optado por sistemas alternativos de formação, como é o caso das Escolas Profissionais e a Formação Profissional ao nível do Ministério para a Qualificação e Emprego. Esta hipótese está sumariada no Quadro 3.

Quadro 3  
Escolarização do sistema

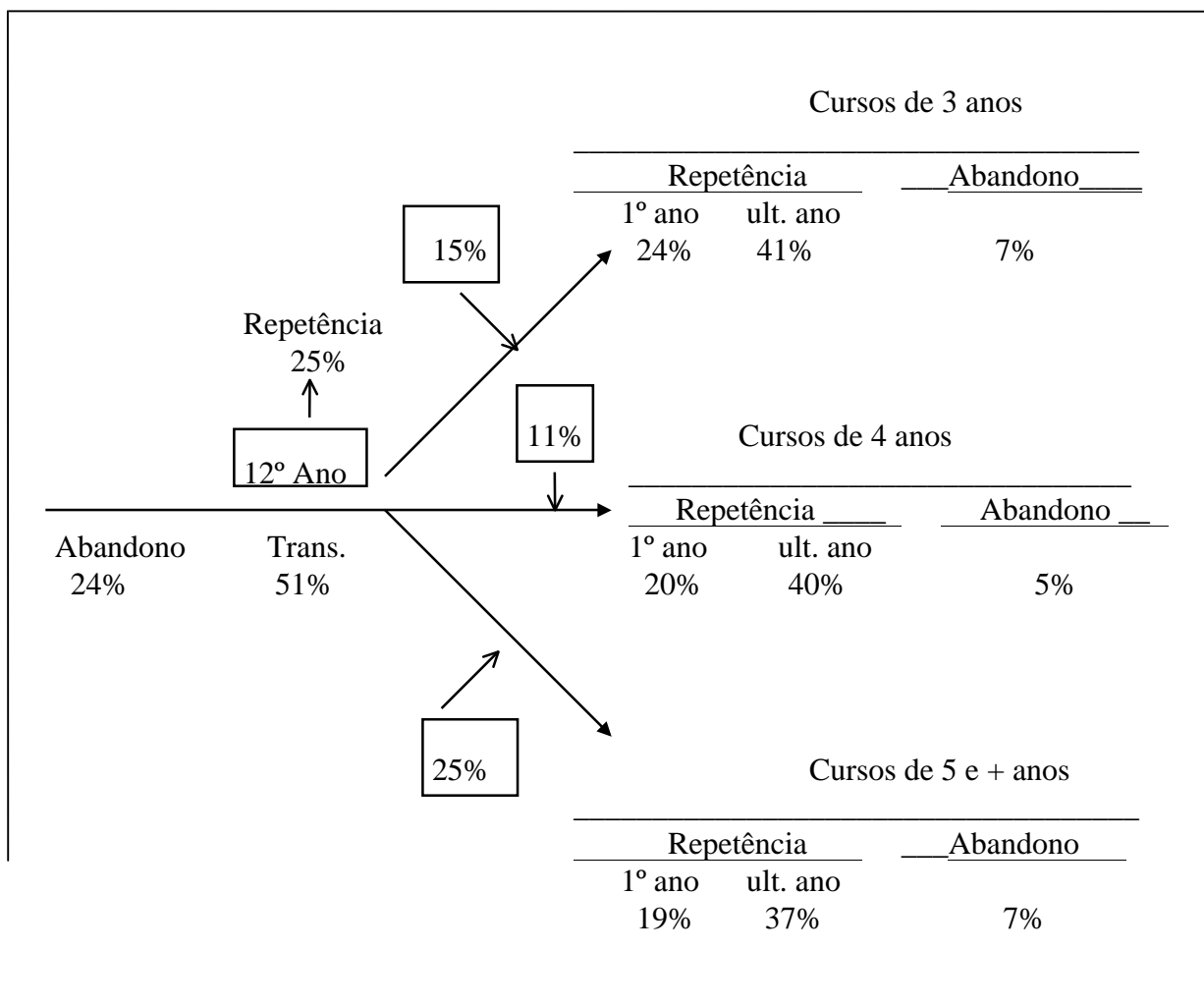
|         | 6º ANO | 9ºANO | 11º ANO | 12º ANO |
|---------|--------|-------|---------|---------|
| 1990/91 | 82%    | 58%   | 47%     | -       |
| 1995/96 | 98%    | 85%   | 64%     | 56%     |
| 2000/01 | 100%   | 100%  | 72%     | 66%     |

Os resultados obtidos a nível do Continente são apresentados no Quadro 5 e no Gráfico 6 e apontam para uma diminuição significativa do número de alunos do 12º ano, entre 1995/96 e 2005/06: há uma redução de cerca de 32 600 alunos, ou seja, de 26,6%.

O Quadro 4 apresenta a forma como os alunos do 12º ano se comportaram, no ano lectivo de 1995/96<sup>10</sup>. Pode verificar-se uma taxa de retenção de 25%, enquanto que outros 24% abandonaram o sistema de ensino, ingressando na vida activa. Os restantes 51% transitaram para o ensino superior, dirigindo-se 15% a cursos curtos (bacharelato), 11% a cursos com a duração de 4 anos e os restantes 25% a cursos com 5 e mais anos de duração. Os alunos que optaram pelo mercado de trabalho<sup>11</sup> fizeram-no devido à idade (grupo dos 22 aos 24 anos) e devido ao nível de formação escolar dos pais - 75% destes alunos tem pais habilitados com um máximo de instrução equivalente à 4ª classe. Admitindo que esta taxa de transição para o ensino superior se mantém em 2005/2006, isso significa que a quebra de alunos no 12º ano irá corresponder a uma diminuição de 16 626 candidatos à entrada no ensino superior.

<sup>10</sup> Fonte: DAPP/DSAP

<sup>11</sup> Segundo a publicação do DEPGEF-ME/1997: “O que fazem os ex- alunos após a escolaridade?” cuja análise incidiu sobre uma amostra com representatividade a nível nacional sobre os alunos que frequentaram o 9º e o 12º anos de escolaridade no ano lectivo de 1992/93. A recolha da informação teve lugar em Dezembro de 1994.



Quadro 4 - Transição dos alunos do 12º ano (1995/96)

A análise regional é também relevante, dado que quer o fenómeno da quebra prevista de candidatos, quer a distribuição da oferta de ensino superior não são homogéneas do ponto de vista espacial.

A diminuição da procura não é uniforme no Continente, conforme mostram os Quadros 5 a 9 e os Gráficos 7 a 11. Enquanto a região Norte não apresenta qualquer variação significativa do número de alunos no 12º ano, já a região de Lisboa e Vale do Tejo mostra um decréscimo de cerca de 24 000 alunos, ou seja, de 43%, havendo igualmente decréscimos em todas as outras Regiões, embora com menor significado (Centro - 22,8%; Alentejo - 28,2% e Algarve - 30,2%).

Quanto à oferta de ensino superior, esta também apresenta diferenças regionais significativas, nomeadamente no sub-sistema privado. Esta encontra-se concentrada em cerca de 95% no Norte e em Lisboa e Vale do Tejo, com mais de 80% no Grande Porto e na Grande Lisboa. Os valores correspondentes para o público são de 68% e de 49%, respectivamente.

Estes dados devem ser complementados por outros que revelem a capacidade de atracção das instituições e as preferências dos candidatos e alunos do ensino superior (Inquérito do Cnases/Ceos ao perfil sócio-económico dos alunos). Como foi

dito, os estudantes do ensino superior privado são fundamentalmente oriundos de zonas menos periféricas, nomeadamente dos grandes centros urbanos. Assim, estas instituições apresentam uma elevada homogeneidade regional, com os seus estudantes a serem esmagadoramente oriundos da área envolvente.

Pelo contrário, o sector público, nomeadamente o universitário, apresenta efeitos mais visíveis na mobilidade regional dos estudantes. Esta mobilidade funciona não só na capacidade de atracção das instituições públicas localizadas nos grandes centros urbanos (frequentemente referenciadas como as mais prestigiadas) em atraírem estudantes de outras regiões em muito maior número do que as privadas, bem como na deslocação de alunos dos grandes centros urbanos (nomeadamente do Porto e de Lisboa, onde são excedentários) para ensino público de regiões mais periféricas.

Dentro de cada região, existem ainda fluxos de estudantes, os quais são mais visíveis no público, sobretudo no universitário. Esta mobilidade dos estudantes é indissociável das suas preferências, em termos de instituição e de curso.

Os dados obtidos do DESAP mostram que os próximos anos apontam para uma quebra continuada do número de candidatos ao ensino superior, facto que aliado a um contínuo crescimento da oferta do sector público irá colocar o sector privado sob enorme pressão. Este fenómeno é particularmente agravado por ser na região de Lisboa que se registará, previsivelmente, a maior quebra da procura, sendo também essa a região de maior concentração do sector privado.

Os dados questionam, igualmente, a bondade da criação de novas universidades públicas, pois que o eventual crescimento de um dos subsectores (universitário público, politécnico público, universitário privado e politécnico privado) se fará, seguramente, à custa dos outros, num sistema de concorrência directa. Uma vez que as novas universidades eventualmente a criar teriam em, princípio, uma clientela mais local, pois está verificado que, com excepção das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, as restantes não conseguem atrair uma clientela significativa de fora do seu raio de acção mais próximo, isso significaria, por exemplo, que a abertura de universidades ou de polos universitários em Viana do Castelo, Bragança ou Viseu se faria sentir numa diminuição da procura dos respectivos politécnicos, o que não é certamente desejável.

Uma vez que o estudo do DESAP parece bem fundamentado e pouco passível de erros, pois tem por base a contagem dos alunos já dentro do sistema, e como as hipóteses de evolução das taxas de escolarização parecem credíveis, tudo indica que é necessário ponderar de forma muito cuidadosa quaisquer medidas que sejam tomadas em relação ao sistema de ensino superior, parecendo justificar-se uma aposta na melhoria da sua qualidade, já que se prevê uma paragem do crescimento do sistema, ou mesmo uma regressão.

Em particular, será necessário ponderar o papel relativo das universidades e dos politécnicos, e do sector público e do sector privado, porque todos os dados existentes apontam para uma maior procura das universidades em relação aos politécnicos e do sector público em relação ao sector privado. A possibilidade de num futuro próximo haver um colapso do sector privado deve, assim, ser encarada com o maior cuidado.

A previsão sobre a evolução do número de candidatos ao ensino superior condiciona, naturalmente, a previsão dos respectivos orçamentos. No estudo que

segue, estes factos serão conjugados com diversas hipóteses que integram outros aspectos da possível evolução do sistema, nomeadamente o conceito de aluno elegível, a previsão da evolução salarial das carreiras e as medidas específicas tomadas a propósito do ensino no sector da saúde.

Finalmente, é interessante verificar que estas previsões podem ser corroboradas por uma outra via: as estatísticas da população residente em Portugal<sup>12</sup> apontam para uma diminuição dos jovens na faixa etária dos 20-24 anos de 841 350 em 1995 para apenas 641 690 em 2005 (e 556 607 em 2010) ou seja, da ordem dos 23,8% (veja-se o Quadro 11), o que não se afasta muito da previsão relativa à diminuição de alunos no ano final do secundário.

Um fenómeno deste tipo era de esperar, face ao que se tem verificado com a evolução da população das escolas primárias um pouco por todo o País, havendo já algumas centenas que foram encerradas por falta de alunos. Vivia-se, no entanto, na convicção de que a elevação da escolaridade obrigatória da 6<sup>a</sup> para a 9<sup>o</sup> classes, acompanhada por um aumento da taxa de escolarização, acabaria por compensar o efeito da quebra da taxa de natalidade, ficando sensivelmente igual o número de alunos no ensino não superior.

Esta previsão acaba por se verificar, apenas, na Região Norte, exactamente aquela onde os índices de escolarização eram inferiores à média nacional, muito por efeito de alguns distritos onde predomina a indústria de mão-de-obra intensiva e a actividade agrícola de muito pequena dimensão. No caso desta Região, e feita a hipótese de que serão eliminadas as disparidades regionais, como se prevê no estudo do Departamento de Análise e Prospectiva do Ministério da Educação, é possível compensar praticamente os efeitos da quebra demográfica por uma recuperação dos alunos pelo sistema de ensino.

É também importante reconhecer que este efeito de diminuição do número de alunos candidatos ao ensino superior (já verificado em outros países europeus) será de longa duração, uma vez que a implementação de políticas que alterem a diminuição da taxa de natalidade só irão produzir efeito cerca de vinte anos depois.

Por outro lado, vê-se com dificuldade a implementação de uma política de criação de um 13<sup>o</sup> ano do secundário, de carácter claramente profissionalizante, excepto se for dirigido aos jovens que se dirigem ao mercado de trabalho no termo do 12<sup>o</sup> ano, os quais representam cerca de 24% dos alunos que frequentam este ano terminal, o que corresponde no máximo a cerca de 30 000 alunos (pelos valores de 1995/96) e a cerca de 22 500 em 2005/06, se se mantiver a evolução do Quadro 4. O que é, de qualquer modo, um número bem inferior aos 50 000 alunos inicialmente previstos para lançamento do projecto e só válido se for possível recuperar a totalidade dos que abandonam os estudos no termo de actual secundário.

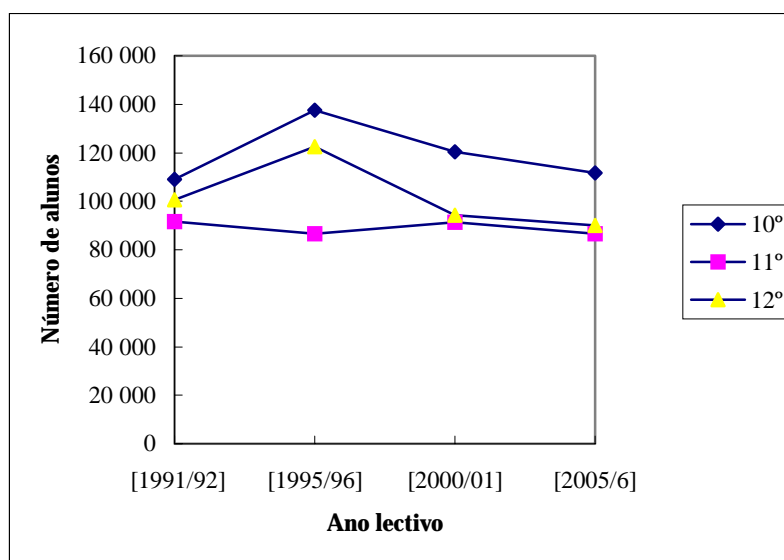
---

<sup>12</sup> Fonte: estatísticas do INE - Gabinete de Estudos/Área Demográfica e Social.

**Quadro 5**  
Evolução do número de alunos por ano de escolaridade  
Ensino Diurno - Escolas oficiais, particulares e cooperativas

| Ano Escolar | Valores Observados |           | Valores Estimados |           |
|-------------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
|             | [1991/92]          | [1995/96] | [2000/01]         | [2005/06] |
| [1]         | [2]                | [3]       | [4]               | [5]       |
| 1º          | 120 077            | 110 573   | 102 223           | 100 537   |
| 2º          | 185 829            | 129 622   | 124 053           | 116 604   |
| 3º          | 135 923            | 120 758   | 116 736           | 108 585   |
| 4º          | 171 749            | 136 374   | 126 541           | 116 788   |
| 5º          | 166 445            | 145 061   | 119 747           | 111 043   |
| 6º          | 160 451            | 140 666   | 120 468           | 114 139   |
| 7º          | 158 604            | 144 482   | 125 014           | 122 410   |
| 8º          | 139 848            | 133 244   | 122 327           | 120 937   |
| 9º          | 121 304            | 124 750   | 123 459           | 120 034   |
| 10º         | 108 949            | 137 621   | 120 414           | 111 745   |
| 11º         | 91 735             | 86 469    | 91 403            | 96 655    |
| 12º         | 100 620            | 122 532   | 94 301            | 89 975    |

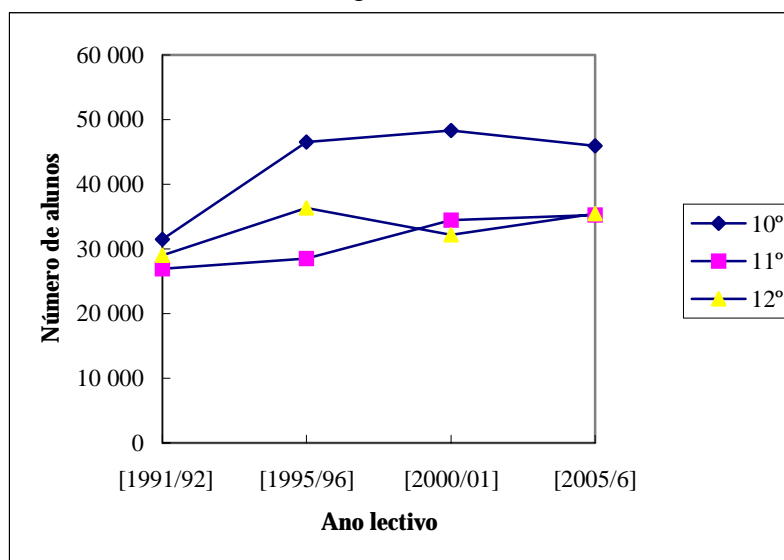
**Gráfico 6**  
Evolução do número de alunos  
10º, 11º e 12º anos de escolaridade



**Quadro 6**  
**Evolução do número de alunos por ano de escolaridade**  
**Ensino Diurno - escolas oficiais, particulares e cooperativas**  
**Região Norte**

| Ano Escolar | Valores Observados |           | Valores Estimados |           |
|-------------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
|             | [1991/92]          | [1995/96] | [2000/01]         | [2005/06] |
| [1]         | [2]                | [3]       | [4]               | [5]       |
| 1º          | 50 676             | 46 542    | 42 532            | 41 759    |
| 2º          | 79 617             | 54 370    | 52 123            | 48 557    |
| 3º          | 56 069             | 50 984    | 48 912            | 44 908    |
| 4º          | 73 175             | 58 220    | 54 401            | 49 239    |
| 5º          | 69 001             | 61 751    | 50 318            | 45 961    |
| 6º          | 64 088             | 58 271    | 50 216            | 47 353    |
| 7º          | 57 562             | 58 673    | 52 480            | 51 330    |
| 8º          | 45 934             | 51 877    | 51 617            | 50 905    |
| 9º          | 38 253             | 46 145    | 51 857            | 50 828    |
| 10º         | 31 530             | 46 490    | 48 358            | 45 987    |
| 11º         | 26 886             | 28 468    | 34 425            | 35 240    |
| 12º         | 29 001             | 36 362    | 32 178            | 35 426    |

**Gráfico 7**  
**Evolução do número de alunos**  
**10º, 11º e 12º anos de escolaridade**  
**Região Norte**

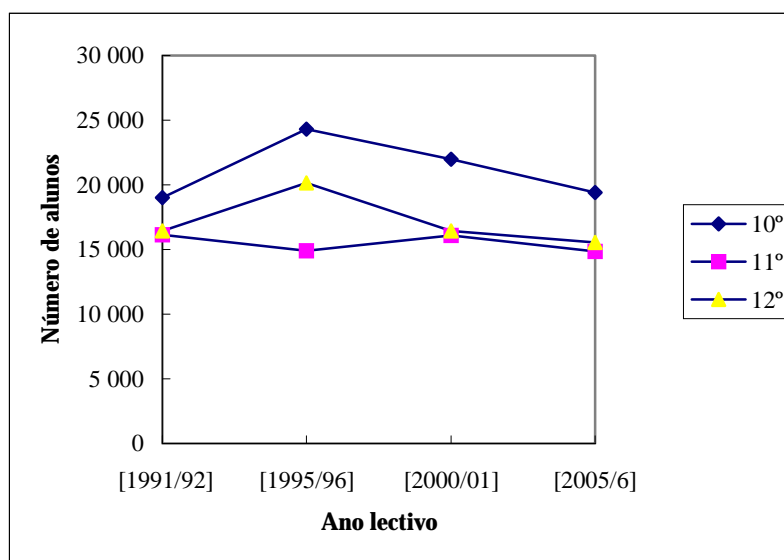




**Quadro 7**  
**Evolução do número de alunos por ano de escolaridade**  
**Ensino Diurno - escolas oficiais, particulares e cooperativas**  
**Região Centro**

| Ano Escolar | Valores Observados |           | Valores Estimados |           |
|-------------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
|             | [1991/92]          | [1995/96] | [2000/01]         | [2005/06] |
| [1]         | [2]                | [3]       | [4]               | [5]       |
| 1º          | 21 480             | 19 051    | 17 085            | 16 614    |
| 2º          | 33 948             | 22 652    | 20 460            | 19 319    |
| 3º          | 24 867             | 21 076    | 19 528            | 18 061    |
| 4º          | 32 254             | 24 124    | 21 363            | 19 370    |
| 5º          | 30 474             | 25 638    | 20 566            | 18 308    |
| 6º          | 29 599             | 25 386    | 21 144            | 19 053    |
| 7º          | 28 512             | 26 597    | 22 444            | 20 457    |
| 8º          | 25 295             | 24 554    | 21 940            | 20 445    |
| 9º          | 20 472             | 23 357    | 22 830            | 20 706    |
| 10º         | 18 990             | 24 310    | 21 964            | 19 425    |
| 11º         | 16 160             | 14 912    | 16 066            | 14 844    |
| 12º         | 16 445             | 20 167    | 16 424            | 15 528    |

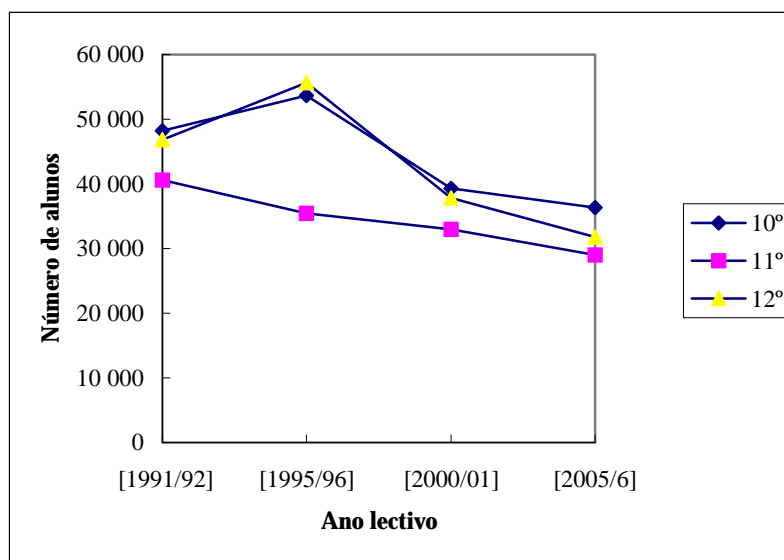
**Gráfico 8**  
**Evolução do número de alunos**  
**10º, 11º e 12º anos de escolaridade**  
**Região Centro**



**Quadro 8**  
**Evolução do número de alunos por ano de escolaridade**  
**Ensino Diurno - escolas oficiais, particulares e cooperativas**  
**Região de Lisboa e Vale do Tejo**

| Ano Escolar | Valores Observados |           | Valores Estimados |           |
|-------------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
|             | [1991/92]          | [1995/96] | [2000/01]         | [2005/06] |
| [1]         | [2]                | [3]       | [4]               | [5]       |
| 1º          | 37 479             | 35 501    | 34 583            | 34 278    |
| 2º          | 55 818             | 41 339    | 41 169            | 39 400    |
| 3º          | 42 948             | 37 810    | 38 483            | 36 860    |
| 4º          | 51 526             | 41 869    | 40 291            | 38 988    |
| 5º          | 52 723             | 44 872    | 38 764            | 37 904    |
| 6º          | 52 887             | 44 464    | 38 706            | 38 555    |
| 7º          | 58 192             | 46 394    | 39 359            | 40 652    |
| 8º          | 55 515             | 44 949    | 38 205            | 39 592    |
| 9º          | 51 186             | 43 809    | 38 137            | 38 451    |
| 10º         | 48 246             | 53 660    | 39 317            | 36 348    |
| 11º         | 40 558             | 35 406    | 32 988            | 29 040    |
| 12º         | 46 879             | 55 683    | 37 864            | 31 791    |

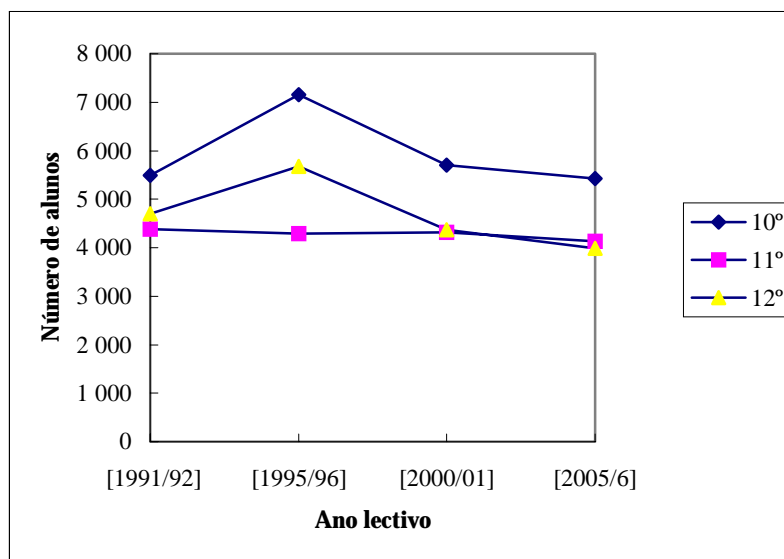
**Gráfico 9**  
**Evolução do número de alunos**  
**10º, 11º e 12º anos de escolaridade**  
**Região de Lisboa e Vale do Tejo.**



**Quadro 9**  
**Evolução do número de alunos por ano de escolaridade**  
**Ensino Diurno - escolas oficiais, particulares e cooperativas**  
**Região do Alentejo**

| Ano Escolar | Valores Observados |           | Valores Estimados |           |
|-------------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
|             | [1991/92]          | [1995/96] | [2000/01]         | [2005/06] |
| [1]         | [2]                | [3]       | [4]               | [5]       |
| 1º          | 5 979              | 5 232     | 4 379             | 4 317     |
| 2º          | 9 359              | 6 290     | 5 675             | 5 079     |
| 3º          | 6 961              | 6 051     | 5 470             | 4 745     |
| 4º          | 8 662              | 6 825     | 5 881             | 4 977     |
| 5º          | 8 351              | 7 298     | 5 720             | 4 880     |
| 6º          | 8 260              | 7 123     | 5 756             | 5 048     |
| 7º          | 8 131              | 7 278     | 5 902             | 5 509     |
| 8º          | 7 440              | 6 902     | 5 846             | 5 666     |
| 9º          | 6 573              | 6 454     | 5 813             | 5 644     |
| 10º         | 5 486              | 7 159     | 5 703             | 5 420     |
| 11º         | 4 378              | 4 285     | 4 319             | 4 135     |
| 12º         | 4 694              | 5 677     | 4 369             | 3 982     |

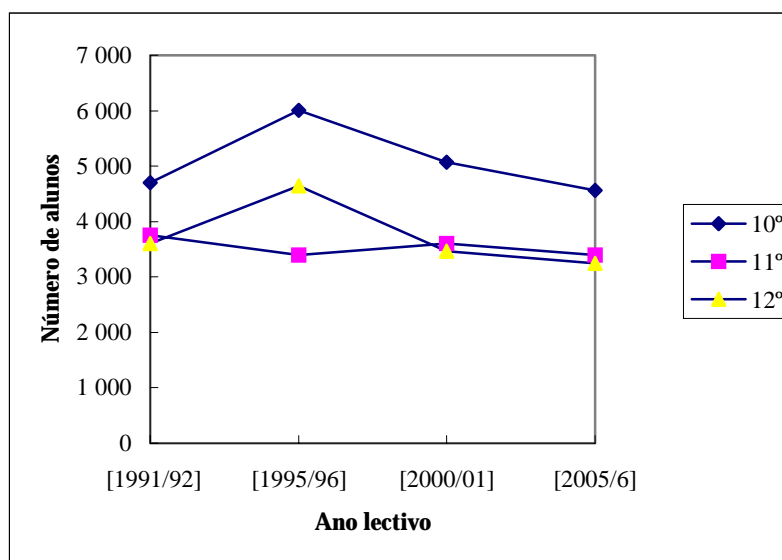
**Gráfico 10**  
**Evolução do número de alunos**  
**10º, 11º e 12º anos de escolaridade**  
**Região do Alentejo**



**Quadro 10**  
**Evolução do número de alunos por ano de escolaridade**  
**Ensino Diurno - escolas oficiais, particulares e cooperativas**  
**Região do Algarve**

| Ano Escolar | Valores Observados |           | Valores Estimados |           |
|-------------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
|             | [1991/92]          | [1995/96] | [2000/01]         | [2005/06] |
| [1]         | [2]                | [3]       | [4]               | [5]       |
| 1º          | 4 463              | 4 247     | 3 644             | 3 569     |
| 2º          | 7 087              | 4 971     | 4 626             | 4 249     |
| 3º          | 5 078              | 4 837     | 4 343             | 4 011     |
| 4º          | 6 132              | 5 336     | 4 605             | 4 214     |
| 5º          | 5 896              | 5 502     | 4 379             | 3 990     |
| 6º          | 5 617              | 5 422     | 4 646             | 4 130     |
| 7º          | 6 207              | 5 540     | 4 829             | 4 462     |
| 8º          | 5 664              | 4 962     | 4 719             | 4 329     |
| 9º          | 4 820              | 4 985     | 4 822             | 4 405     |
| 10º         | 4 697              | 6 002     | 5 072             | 4 565     |
| 11º         | 3 753              | 3 398     | 3 605             | 3 396     |
| 12º         | 3 601              | 4 643     | 3 466             | 3 248     |

**Gráfico 11**  
**Evolução do número de alunos**  
**10º, 11º e 12º anos de escolaridade**  
**Região do Algarve**



| Grupos de idades | 1 995     | 2 000     | 2 005      | 2 010      |
|------------------|-----------|-----------|------------|------------|
| 0 a 4            | 555 730   | 581 472   | 581 041    | 577 188    |
| 5 a 9            | 543 660   | 555 873   | 585 853    | 589 050    |
| 10 a 14          | 645 210   | 545 310   | 561 331    | 594 752    |
| 15 a 19          | 778 470   | 640 121   | 547 944    | 568 852    |
| 20 a 24          | 841 350   | 768 785   | 641 690    | 556 607    |
| 25 a 29          | 763 820   | 833 904   | 770 953    | 651 075    |
| 30 a 34          | 725 300   | 759 951   | 836 024    | 778 883    |
| 35 a 39          | 691 580   | 723 933   | 762 487    | 842 375    |
| 40 a 44          | 656 650   | 692 245   | 726 232    | 767 873    |
| 45 a 49          | 626 950   | 655 327   | 691 359    | 727 598    |
| 50 a 54          | 558 640   | 620 962   | 649 475    | 687 038    |
| 55 a 59          | 542 150   | 547 907   | 608 602    | 638 432    |
| 60 a 64          | 534 700   | 521 351   | 527 810    | 587 903    |
| 65 a 69          | 491 140   | 497 093   | 485 750    | 493 572    |
| 70 a 74          | 409 360   | 432 371   | 440 938    | 434 081    |
| 75 a 79          | 273 720   | 326 590   | 349 116    | 359 681    |
| 80 a 84          | 179 100   | 183 246   | 222 666    | 243 402    |
| > 84             | 103 230   | 111 733   | 118 473    | 139 685    |
| Total            | 9 920 760 | 9 998 174 | 10 107 744 | 10 238 047 |

Quadro 11 - Projecções de população residente em Portugal - INE

## 2. A evolução do financiamento

### 2.1. Comparação de níveis de financiamento na Europa

Infelizmente, os estudos sobre esta matéria são escassos, desactualizados e os próprios autores reconhecem a necessidade de os reformular, devido à enorme dificuldade que existe em assegurar que os orçamentos a comparar entre países correspondem exactamente às mesmas despesas (por exemplo, inclusão ou não de apoio social escolar, de hospitais universitários ou de pensões de reforma). O estudo mais completo e extenso foi produzido<sup>13</sup> pelo CHEPS da Universidade de Twente, mas os seus dados terminam em 1988. Os principais quadros desse estudo são, no entanto, apresentados a seguir (Quadros 12 a 18) e permitem tirar as seguintes conclusões genéricas para o período do estudo:

- a) No sector universitário verificou-se um decréscimo do custo por aluno nos países "mais ricos" (excepto no Luxemburgo), com especial relevo nos casos da Holanda (25%), Alemanha (24%), Bélgica (20%) e Reino Unido

<sup>13</sup> "Public Expenditure on Higher Education - A comparative study in the EC-member states, 1975-1988; Center for Higher Education Policy Studies, University of Twente, The Netherlands, (1991).

(9%), enquanto que os países "mais pobres" (excepto a Irlanda), apresentaram um crescimento do custo por aluno: Itália (48%), Portugal (28%) e Espanha (14%).

- b) As tendências no ensino superior não universitário não foram tão claras, registando-se grandes aumentos no Luxemburgo (386%) e em Portugal (154%) e diminuições significativas na Bélgica (28%), Alemanha (40%), Grécia (28%), Irlanda (31%) e Holanda (18%).
- c) Como consequência do processo descrito nas alíneas anteriores, assistiu-se a uma convergência entre países mais ricos e países mais pobres na UE, no que respeita ao ensino universitário, enquanto que no sector não universitário a situação foi mais variada.
- d) Dentro dos estados membros existiu um processo de convergência interna, no sentido de uma diminuição da diferença dos custos por aluno entre ensinos universitário e não universitário.
- e) Quanto às despesas globais com o ensino superior verificou-se, também, uma tendência para a convergência entre países "mais ricos" e países "mais pobres", com excepção do Luxemburgo.

Quanto a Portugal, observou-se um progresso significativo nos últimos anos, de tal forma que índices como as despesas com o ensino superior expressas em percentagem do PIB, em percentagem da despesa pública ou em percentagem do orçamento da educação estavam na média da UE; claro que, em termos de custos por aluno, o valor de Portugal está significativamente abaixo da média comunitária, consequência óbvia do nosso menor desenvolvimento económico. Porém, se os custos por aluno fossem ajustados de acordo com a teoria da Paridade do Poder de Compra, os valores obtidos situavam-se cerca de 35% acima do valor médio comunitário.

Uma comparação mais recente pode fazer-se recorrendo às publicações da OCDE<sup>14</sup>. Porém, o tipo de dados recolhidos de ano para ano nem sempre coincidem, e pode mesmo acontecer que o critério usado para a recolha não coincida com o do estudo anterior. Apresentam-se no Quadro 19 os dados da despesa pública por aluno do ensino superior, em US dólares, corrigidos de acordo com a Paridade do Poder de Compra. Estes resultados confirmam o que ficou dito no parágrafo anterior, mostrando neste índice Portugal tem um comportamento médio na Europa. Note-se no entanto que alguns valores referidos no Quadro levantam algumas dúvidas como, por exemplo, o valor da despesa pública por aluno referida para o Reino Unido e relativa ao ano de 1992.

---

<sup>14</sup> OCDE (1992 a 1998), "Education at a Glance", Paris.

Quadro - 12 Despesa pública no ensino superior como percentagem do produto interno bruto (PIB)

|      | B    | DK   | BRD  | F    | G    | IRL  | IT   | LUX  | NL   | POR  | SP   | UK   | EUR  |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1975 | 0.96 | _    | 1.18 | 0.71 | 0.56 | 1.14 | _    | 0.12 | 2.28 | 0.34 | _    | _    | 1.07 |
| 1976 | 0.96 | 1.71 | 1.07 | 0.70 | 0.54 | 1.21 | _    | 0.11 | 2.21 | 0.37 | 0.23 | _    | 0.97 |
| 1977 | 1.03 | 1.62 | 1.00 | 0.69 | 0.62 | 1.15 | _    | 0.11 | 2.32 | 0.47 | 0.25 | _    | 0.96 |
| 1978 | 1.06 | 1.59 | 0.94 | 0.67 | 0.59 | 1.16 | 0.39 | 0.10 | 2.33 | 0.41 | 0.24 | _    | 0.85 |
| 1979 | 1.08 | 1.53 | 0.90 | 0.67 | 0.52 | 1.17 | 0.42 | 0.10 | 2.28 | 0.43 | 0.26 | _    | 0.82 |
| 1980 | 1.03 | 1.48 | 0.99 | 0.66 | 0.49 | 1.21 | 0.40 | 0.09 | 2.24 | 0.47 | 0.30 | _    | 0.83 |
| 1981 | 1.06 | 1.67 | 0.95 | 0.67 | 0.58 | 1.29 | 0.37 | 0.09 | 2.16 | 0.51 | 0.30 | 0.95 | 0.83 |
| 1982 | 1.03 | 1.67 | 0.93 | 0.68 | 0.59 | 1.31 | 0.38 | 0.09 | 2.18 | 0.55 | 0.33 | 1.01 | 0.84 |
| 1983 | 1.02 | 1.65 | 0.92 | 0.69 | 0.57 | 1.27 | 0.41 | 0.09 | 2.17 | 0.52 | 0.38 | 0.95 | 0.84 |
| 1984 | 1.02 | 1.61 | 0.88 | 0.70 | 0.67 | 1.18 | 0.43 | 0.10 | 2.01 | 0.51 | 0.37 | 0.93 | 0.82 |
| 1985 | 0.96 | 1.52 | 0.87 | 0.70 | 0.77 | 1.18 | 0.47 | 0.15 | 1.92 | 0.57 | 0.36 | 0.84 | 0.80 |
| 1986 | 0.96 | 1.45 | 0.86 | 0.68 | 0.75 | 1.30 | 0.51 | 0.18 | 1.90 | 0.67 | 0.42 | 0.86 | 0.80 |
| 1987 | 0.92 | 1.49 | 0.86 | 0.67 | 0.80 | 1.32 | 0.54 | 0.21 | 1.82 | 0.71 | 0.43 | 0.79 | 0.79 |
| 1988 | 0.87 | _    | 0.86 | 0.66 | _    | 1.21 | 0.59 | 0.25 | _    | 0.78 | 0.48 | _    | 0.71 |

Quadro - 13 Despesa pública no ensino superior como percentagem da despesa pública total

|      | B    | DK   | BRD  | F*   | G    | IRL  | IT   | LUX  | NL** | POR  | SP*** | UK**** | EUR  |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|--------|------|
| 1975 | 2.96 | _    | 2.31 | 1.57 | 2.18 | 2.03 | _    | _    | 7.44 | 1.50 | _     | _      | 2.38 |
| 1976 | _    | 3.55 | 2.15 | 1.54 | 2.11 | 2.27 | _    | _    | 6.93 | 1.38 | 2.10  | _      | 2.31 |
| 1977 | _    | 3.26 | 2.02 | 1.54 | 2.40 | 2.18 | _    | _    | 7.47 | 1.84 | 2.30  | _      | 2.29 |
| 1978 | _    | 3.11 | 1.90 | 1.48 | 2.27 | 2.18 | 1.15 | _    | 7.20 | 1.50 | 2.10  | _      | 2.04 |
| 1979 | _    | 2.85 | 1.81 | 1.45 | 1.84 | 2.09 | 1.09 | _    | 6.24 | 1.54 | 2.19  | _      | 1.92 |
| 1980 | 2.73 | 2.59 | 1.97 | 1.40 | 1.78 | 2.02 | 1.03 | 0.12 | 5.73 | 1.56 | 2.36  | _      | 1.94 |
| 1981 | 2.61 | 2.76 | 1.84 | 1.35 | 1.56 | 2.10 | 0.92 | 0.12 | 5.42 | 1.51 | 2.30  | 2.00   | 1.85 |
| 1982 | 2.45 | 2.70 | 1.79 | 1.32 | 1.75 | 2.01 | 0.87 | 0.10 | 5.36 | 1.62 | 2.43  | 2.09   | 1.83 |
| 1983 | 2.47 | 2.65 | 1.81 | 1.31 | 1.52 | 1.97 | 0.92 | 0.13 | 5.32 | 1.48 | 2.75  | 2.04   | 1.81 |
| 1984 | 2.30 | 2.63 | 1.76 | 1.32 | 1.69 | 1.88 | 0.89 | 0.15 | 4.95 | 1.41 | 2.70  | 1.97   | 1.74 |
| 1985 | 2.48 | 2.54 | 1.76 | 1.31 | 1.97 | 1.74 | 0.83 | 0.25 | 4.64 | 1.50 | 2.58  | 1.87   | 1.67 |
| 1986 | 2.52 | 2.58 | 1.76 | 1.29 | 1.91 | 1.94 | 1.00 | 0.32 | 4.46 | 1.82 | 3.02  | 1.95   | 1.73 |
| 1987 | 2.58 | 2.53 | 1.76 | 1.27 | 1.90 | 2.02 | 1.15 | 0.34 | 4.15 | 1.98 | 2.98  | 1.86   | 1.61 |
| 1988 | 2.61 | _    | 1.76 | 1.27 | _    | _    | 1.16 | 0.42 | _    | 1.98 | _     | _      | _    |

\* Despesa pública total definida como despesa do governo central, regional e autoridades locais e segurança social

\*\* Em percentagem da despesa do governo central

\*\*\* Em percentagem do consumo do governo (font: "Economic Outlook", OCDE)

\*\*\*\* Em percentagem da despesa geral do governo



Quadro - 14 Despesa pública no ensino superior como percentagem do orçamento nacional de educação

|      | B     | DK    | BRD   | F     | G     | IRL   | IT    | LUX  | NL    | POR   | SP    | UK    | EUR   |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1975 | 20.43 | _     | 24.84 | 12.85 | 22.89 | 19.94 | _     | _    | 28.32 | 13.74 | _     | _     | 20.39 |
| 1976 | 19.72 | 25.70 | 24.20 | 12.65 | 22.21 | 20.84 | _     | _    | 28.02 | 14.37 | 15.34 | _     | 20.10 |
| 1977 | 19.67 | 24.77 | 23.19 | 12.45 | 23.11 | 21.23 | _     | _    | 29.65 | 16.38 | 15.25 | _     | 19.96 |
| 1978 | 20.27 | 24.17 | 22.23 | 12.35 | 21.00 | 21.48 | 12.15 | _    | 29.75 | 15.56 | 14.94 | _     | 18.76 |
| 1979 | 20.58 | 22.76 | 21.35 | 12.35 | 19.58 | 20.65 | 13.57 | _    | 29.22 | 14.77 | 15.86 | _     | 18.46 |
| 1980 | 20.03 | 20.68 | 22.72 | 12.21 | 18.88 | 20.81 | 13.69 | 1.67 | 29.28 | 13.11 | 15.63 | _     | 18.50 |
| 1981 | 20.01 | 23.04 | 21.65 | 12.44 | 20.61 | 20.54 | 13.34 | 1.73 | 28.65 | 13.73 | 15.62 | 17.12 | 17.93 |
| 1982 | 19.39 | 23.33 | 21.97 | 12.20 | 19.68 | 21.22 | 13.15 | 1.71 | 29.20 | 15.01 | 15.28 | 19.81 | 18.44 |
| 1983 | 19.92 | 24.37 | 22.42 | 11.96 | 18.74 | 20.30 | 14.29 | 1.74 | 30.04 | 14.14 | 15.27 | 18.10 | 18.25 |
| 1984 | 20.34 | 24.35 | 22.58 | 12.23 | 20.41 | 18.76 | 15.00 | 2.14 | 30.18 | 14.03 | 15.53 | 18.01 | 18.29 |
| 1985 | 19.34 | 24.37 | 22.55 | 12.27 | 21.26 | 19.59 | 16.72 | 3.20 | 28.96 | 15.80 | 15.86 | 17.48 | 18.23 |
| 1986 | 19.99 | 24.64 | 22.99 | 12.17 | 22.29 | 21.19 | 18.75 | 3.96 | 28.25 | 17.64 | 15.90 | 17.13 | 18.50 |
| 1987 | 20.30 | 25.84 | 23.56 | 12.19 | 23.92 | 20.63 | 19.62 | 4.24 | 25.40 | 18.45 | 16.16 | 16.64 | 18.59 |
| 1988 | 20.35 | _     | 23.45 | 12.23 | _     | 20.45 | 20.04 | 5.01 | _     | 18.48 | 16.21 | _     | 18.04 |

Quadro - 15 Despesa pública por aluno no ensino universitário  
(preços correntes em ECU)

|      | B    | DK   | BRD  | F    | G    | IRL  | IT   | LUX  | NL   | POR  | SP   | UK   | EUR  |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1975 | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 5948 | -    | -    | -    | -    |
| 1976 | -    | 5497 | -    | -    | 763  | 1831 | -    | 2110 | 6439 | 810  | 317  | 3483 | 2100 |
| 1977 | 3358 | 5475 | -    | -    | 1000 | 1997 | -    | 2382 | 7126 | 918  | 357  | 3065 | 2127 |
| 1978 | 3577 | 6028 | 3648 | -    | 1078 | 2311 | 909  | 2879 | 7330 | 809  | 339  | 3158 | 2106 |
| 1979 | 3669 | 6474 | 3738 | -    | 1100 | 2691 | 1107 | 3530 | 7146 | 940  | 465  | 3755 | 2315 |
| 1980 | 3604 | 6288 | 3654 | -    | 1326 | 2987 | 1251 | 2961 | 7431 | 1213 | 556  | 4629 | 2475 |
| 1981 | 3737 | 7614 | 3589 | -    | 1845 | 3672 | 1340 | 2993 | 7684 | 1558 | 596  | 5075 | 2621 |
| 1982 | 3452 | 8314 | 3662 | -    | 2330 | 4141 | 1520 | 2405 | 8181 | 1799 | 669  | 5616 | 834  |
| 1983 | 3568 | 8622 | 3643 | 2856 | 2032 | 4040 | 1810 | 2811 | 8237 | 1581 | 749  | 5470 | 2897 |
| 1984 | 3714 | 8755 | 3579 | 3057 | 2365 | 4016 | 2027 | 2799 | 7970 | 1514 | 758  | 5537 | 2961 |
| 1985 | 3845 | 8819 | 3669 | 3196 | 2434 | 4160 | 2330 | 3697 | 7851 | 1780 | 739  | 5606 | 3077 |
| 1986 | 3895 | 8673 | 3897 | 3254 | 2005 | 4095 | 2868 | 5239 | 8268 | 2114 | 894  | 5086 | 3243 |
| 1987 | 3955 | -    | 4170 | 3247 | 1850 | 4046 | 3105 | 7120 | 8129 | 2303 | 906  | 5003 | 3209 |
| 1988 | -    | -    | -    | 3279 | -    | 3682 | 3376 | 9669 | -    | -    | 1031 | -    | -    |

Quadro - 16 Despesa pública por aluno no ensino não universitário  
(preços correntes em ECU)

|      | B    | DK    | BRD  | F    | G    | IRL  | IT | LUX   | NL   | POR  | SP | UK | EUR  |
|------|------|-------|------|------|------|------|----|-------|------|------|----|----|------|
| 1975 | -    | -     | -    | -    | -    | -    | -  | -     | 3928 | -    | -  | -  | -    |
| 1976 | -    | 4303  | -    | -    | 1915 | 3032 | -  | 2226  | 4357 | 385  | -  | -  | 3900 |
| 1977 | 2427 | 4677  | -    | -    | 1136 | 2984 | -  | 2467  | 4969 | 393  | -  | -  | 3990 |
| 1978 | 2541 | 5261  | 3291 | -    | 949  | 3291 | -  | 2720  | 5438 | 463  | -  | -  | 3928 |
| 1979 | 2630 | 5612  | 3232 | -    | 766  | 3701 | -  | 2766  | 5663 | 520  | -  | -  | 4006 |
| 1980 | 2647 | 5477  | 3228 | -    | 937  | 4619 | -  | 2626  | 6003 | 687  | -  | -  | 4122 |
| 1981 | 2671 | 7010  | 2965 | -    | 1322 | 4958 | -  | 2611  | 5895 | 863  | -  | -  | 4037 |
| 1982 | 2535 | 7846  | 2832 | -    | 1537 | 5211 | -  | 2424  | 6531 | 715  | -  | -  | 4144 |
| 1983 | 2452 | 8723  | 2682 | 4791 | 1317 | 5020 | -  | 2832  | 6940 | 896  | -  | -  | 4343 |
| 1984 | 2415 | 9624  | 2560 | 5271 | 1308 | 4492 | -  | 5182  | 6930 | 1127 | -  | -  | 4386 |
| 1985 | 2428 | 10231 | 2561 | 5804 | 1484 | 4533 | -  | 10833 | 7070 | 1361 | -  | -  | 4530 |
| 1986 | -    | 10922 | 2697 | 6141 | 1029 | 5487 | -  | 14850 | 7677 | 2273 | -  | -  | 4924 |
| 1987 | -    | -     | 2847 | 6210 | 928  | 5336 | -  | 16879 | 7174 | 2685 | -  | -  | 4695 |
| 1988 | -    | -     | -    | 6090 | 788  | 4693 | -  | 21054 | -    | -    | -  | -  | -    |

Quadro - 17 Variação da despesa pública por aluno no ensino universitário  
(preços constantes, moedas nacionais) 1980 = 100

|      | B   | DK  | BRD | F   | G   | IRL | IT  | LUX | NL  | POR | SP  | UK  |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1975 | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | 122 | -   | -   | -   |
| 1976 | -   | 114 | -   | -   | 74  | 92  | -   | 93  | 114 | 73  | 85  | 131 |
| 1977 | 109 | 103 | -   | -   | 89  | 93  | -   | 93  | 112 | 84  | 89  | 105 |
| 1978 | 109 | 106 | 111 | -   | 95  | 102 | 92  | 107 | 109 | 77  | 80  | 101 |
| 1979 | 107 | 106 | 107 | -   | 89  | 105 | 103 | 125 | 102 | 87  | 89  | 103 |
| 1980 | 100 | 100 | 100 | -   | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1981 | 98  | 110 | 92  | -   | 116 | 104 | 96  | 95  | 97  | 105 | 96  | 91  |
| 1982 | 90  | 112 | 84  | -   | 128 | 100 | 98  | 76  | 92  | 113 | 99  | 93  |
| 1983 | 88  | 108 | 78  | 100 | 111 | 92  | 103 | 83  | 88  | 100 | 117 | 91  |
| 1984 | 86  | 104 | 73  | 101 | 124 | 85  | 107 | 79  | 82  | 87  | 106 | 88  |
| 1985 | 84  | 98  | 73  | 99  | 128 | 83  | 119 | 99  | 78  | 97  | 977 | 84  |
| 1986 | 82  | 92  | 74  | 98  | 111 | 80  | 139 | 136 | 79  | 116 | 114 | 84  |
| 1987 | 80  | -   | 76  | 97  | 102 | 81  | 148 | 182 | 75  | 128 | 114 | 83  |
| 1988 | -   | -   | -   | 97  | -   | 74  | 159 | 239 | -   | -   | 128 | -   |

Quadro - 18 Variação da despesa pública por aluno no ensino não universitário  
(preços constantes, moedas nacionais) 1980 = 100

|      | B   | DK  | BRD | F   | G   | IRL | IT | LUX | NL  | POR | SP | UK |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|----|----|
| 1975 | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -  | -   | 100 | -   | -  | -  |
| 1976 | -   | 102 | -   | -   | 264 | 99  | -  | 110 | 96  | 61  | -  | -  |
| 1977 | 107 | 101 | -   | -   | 144 | 90  | -  | 108 | 97  | 63  | -  | -  |
| 1978 | 106 | 106 | 113 | -   | 119 | 94  | -  | 114 | 100 | 78  | -  | -  |
| 1979 | 105 | 106 | 105 | -   | 87  | 94  | -  | 111 | 100 | 85  | -  | -  |
| 1980 | 100 | 100 | 100 | -   | 100 | 100 | -  | 100 | 100 | 100 | -  | -  |
| 1981 | 95  | 116 | 86  | -   | 118 | 91  | -  | 94  | 93  | 103 | -  | -  |
| 1982 | 90  | 121 | 74  | -   | 120 | 82  | -  | 86  | 91  | 79  | -  | -  |
| 1983 | 82  | 126 | 65  | 100 | 102 | 74  | -  | 94  | 91  | 100 | -  | -  |
| 1984 | 76  | 131 | 59  | 104 | 97  | 62  | -  | 164 | 88  | 115 | -  | -  |
| 1985 | 72  | 131 | 58  | 107 | 110 | 58  | -  | 326 | 87  | 130 | -  | -  |
| 1986 | -   | 133 | 58  | 110 | 81  | 70  | -  | 435 | 90  | 220 | -  | -  |
| 1987 | -   | -   | 60  | 110 | 72  | 69  | -  | 486 | 82  | 264 | -  | -  |
| 1988 | -   | -   | -   | 107 | 76  | 61  | -  | 587 | -   | -   | -  | -  |

Quadro - 19 Despesa pública por aluno corrigidos em PPP  
(preços em US\$)

|       | B     | DK     | BRD   | F     | G     | IRL   | IT    | LUX    | NL    | POR   | SP    | UK     |
|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|--------|
| 1 988 | 4 987 | 10 847 | 5 085 | 3 780 | _     | 4 740 | 4 250 | 12 238 | 9 542 | 4 451 | 1 934 | 7 960  |
| 1 991 | 6 235 | 7 685  | _     | 4 760 | -     | 5 587 | _     | -      | 9 373 | 6 161 | 3 242 | 9 621  |
| 1 992 | 6 850 | 6 710  | 6 550 | 6 020 | -     | 7 270 | 5 850 | -      | 8 720 | -     | 3 770 | 15 060 |
| 1 993 | 6 380 | 8 045  | 7 902 | 6 033 | 2 502 | 7 076 | 5 169 | -      | 8 665 | 5 667 | 3 835 | 8 241  |
| 1 994 | 5 390 | 8 500  | 7 902 | 6 033 | 2 680 | 7 600 | 4 850 | -      | 8 540 | -     | 4 030 | 7 600  |
| 1 995 | 6 043 | 8 157  | 8 897 | 6 569 | 2 716 | 7 249 | 5 013 | -      | 9 026 | 6 073 | 4 944 | 7 225  |

## 2.2. A evolução da despesa pública em educação e no ensino superior

As despesas públicas com a educação cresceram de uma forma significativa ao longo do período 1988-95 (Quadro 20). Com a excepção de 1994, o crescimento anual foi igual ou superior a 10% (com alguns anos acima dos 20%), acima, portanto, da variação anual do índice de preços no consumidor, IPC<sup>15</sup>.

Sendo um sistema ainda em expansão, e devido aos baixos níveis de educação formal da população portuguesa em 1974, a pressão para subir o gasto público é, ainda, forte.

Quadro 20 - Evolução da despesa pública em educação (unidade 10<sup>6</sup> escudos)  
Fonte: INE (valores a preços correntes)

| Ano  | Educação <sup>1</sup> | Δ Ano  | SAP <sup>2</sup> | Δ Ano  | Ensino <sup>3</sup> | Δ Ano  | PIB <sup>4</sup> | Δ Ano  |
|------|-----------------------|--------|------------------|--------|---------------------|--------|------------------|--------|
| 1988 | 394 540               |        | 3 029 018        |        | 361 653             |        | 7 083 782        |        |
| 1989 | 452 643               | 14.70% | 3 509 194        | 15.90% | 413 384             | 14.30% | 8 372 266        | 18.20% |
| 1990 | 560 226               | 23.80% | 4 435 530        | 26.40% | 519 890             | 25.80% | 9 855 074        | 17.70% |
| 1991 | 731 689               | 30.60% | 5 425 881        | 22.30% | 686 864             | 32.10% | 11 315 213       | 14.80% |
| 1992 | 840 952               | 14.90% | 6 260 328        | 15.40% | 783 544             | 14.10% | 12 758 982       | 12.80% |
| 1993 | 925 238               | 10.00% | 6 930 231        | 10.70% | 854 507             | 9.10%  | 13 463 122       | 5.50%  |
| 1994 | 935 256               | 1.10%  | 7 239 266        | 4.50%  | 866 671             | 1.40%  | 14 628 822       | 8.70%  |
| 1995 | 1 081 940             | 15.70% | 7 888 831        | 9.00%  | 1 017 551           | 17.40% | 15 817 691       | 8.10%  |

<sup>1</sup> Despesa Total do Sector das Administrações Públicas, em Educação

<sup>2</sup> Despesa Total do Sector das Administrações Públicas

<sup>3</sup> Despesa Total do Sector das Administrações Públicas, em Educação distribuída por Escolas, Universidades e Centros de Ensino

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto a preços de mercado

Quando comparado com a despesa pública no seu conjunto, observa-se que, apesar do seu crescimento, as despesas com a educação não viram significativamente aumentada a sua importância relativa naquela (Quadro 21). Esta situação poderá dever-se a uma tendência de efeito contrário àquela anteriormente referida, promotora da expansão do gasto público em educação. Assim, dever-se-á ter presente o fenómeno internacionalmente verificado de concorrência entre as despesas públicas em educação e outras actividades (nomeadamente a saúde e a segurança social), que tenderá a reduzir a proporção da despesa pública afectada à educação<sup>16,17</sup>.

<sup>15</sup> As taxas de variação anual (em percentagem do IPC de Junho a Junho), foram as seguintes:

|     |      |       |       |       |       |      |
|-----|------|-------|-------|-------|-------|------|
| Ano | 1992 | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997 |
| IPC | 9,5% | 5,57% | 5,62% | 3,85% | 3,55% | 1,9% |

<sup>16</sup> OCDE, 1990, *Financing Higher Education - Current Patterns*, Paris.

<sup>17</sup> Thys-Clément, F. (1994), *La Crise de Financement des Universités*, 44ème Conférence de la CRE, Aarhus, Dinamarca.

Verifica-se, ainda, que a despesa pública com a educação obteve uma maior fatia da despesa pública nos anos em que se realizaram eleições legislativas (1991 e 1995).

Quadro 21 - Peso relativo da despesa pública em educação  
Fonte : INE

| Ano  | Educação/SPA | Educação/PIB | Ensino/Educação |
|------|--------------|--------------|-----------------|
| 1988 | 13,03        | 5,57         | 91,66           |
| 1989 | 12,90        | 5,41         | 91,33           |
| 1990 | 12,63        | 5,68         | 92,80           |
| 1991 | 13,49        | 6,47         | 93,87           |
| 1992 | 13,43        | 6,59         | 93,17           |
| 1993 | 13,35        | 6,87         | 92,36           |
| 1994 | 12,92        | 6,39         | 92,67           |
| 1995 | 13,71        | 6,84         | 94,05           |

Quando comparado com o PIBpm, observa-se que a despesa pública com a educação cresceu de forma significativa (sobretudo a partir de 1990), atingindo um valor elevado (mesmo para os padrões da OCDE). Este crescimento é tanto mais significativo pelo facto de o PIBpm ter também ele crescido ao longo do período.

A despesa pública em educação destina-se crescentemente aos centros de ensino, educação e universidades, reduzindo-se ao nível do sistema a fatia destinada aos encargos de administração.

Quadro 22 - Orçamento do Ministério da Educação  
Fonte : INE

| Ano  | Orçamento<br>Min. Educação<br>OME = [1] | $\Delta$ Ano<br>[2] | OGE<br>[3] | $\Delta$ Ano<br>[4] | OME/OGE<br>[1]/[3] | OME/PIB |
|------|---|---------------------|------------|---------------------|--------------------|---------|
| 1988 | 268 451                                 |                     | 2 172 178  |                     | 12,36              | 3,79    |
| 1989 | 313 426                                 | 16,8                | 2 656 560  | 22,3                | 11,80              | 3,74    |
| 1990 | 389 912                                 | 24,4                | 3 460 939  | 30,3                | 11,67              | 3,96    |
| 1991 | 488 552                                 | 25,3                | 3 913 286  | 13,1                | 12,48              | 4,32    |
| 1992 | 659 428                                 | 35,0                | 4 776 755  | 22,1                | 13,80              | 5,17    |
| 1993 | 673 035                                 | 2,1                 | 5 060 145  | 5,9                 | 13,30              | 5,00    |
| 1994 | 681 772                                 | 1,3                 | 5 559 666  | 9,9                 | 12,26              | 4,66    |
| 1995 | 756 660                                 | 11,0                | 6 429 829  | 15,7                | 11,77              | 4,78    |
| 1996 | 835 185                                 | 10,4                | 7 281 569  | 13,2                | 11,47              |         |

A evolução do orçamento do Ministério da Educação segue uma evolução próxima da despesa pública em educação, com um crescimento significativo durante o período em análise. As similitudes permanecem, também, nos diferentes ritmos de crescimento, com um crescimento mais acelerado no início do período, uma evolução negativa em 1993 e 1994 (com quebras do valor real do orçamento do Ministério da



Educação pois a taxa de crescimento foi inferior à variação registada no IPC naqueles dois anos), e um retomar de crescimentos mais significativos em 95 e 96. De salientar que o abrandamento de meados dos anos 90 foi mais sentido no orçamento do Ministério da Educação do que na despesa pública em educação.

Quanto à importância do Orçamento do Ministério da Educação (OME) no Orçamento Geral do Estado (OGE), verifica-se uma situação análoga à assinalada quando comparávamos a despesa pública em educação com a despesa pública total. Assim, não se verifica que o OME tenha tido um crescimento genericamente mais elevado que o registado para a despesa orçamental. Aliás, a partir de 1992 a importância do OME tem perdido consistentemente peso no total da despesa orçamental (o que reforça os comentários já feitos acerca da concorrência intra-orçamental).

Os comentários feitos acerca do peso da despesa pública em educação relativamente ao PIBpm valem, no essencial, para a evolução registada na relação entre o OME e o PIBpm. Mais uma vez se verifica um maior abrandamento, neste caso, do que aquele observado no total da despesa pública em educação. De realçar, ainda, que o OME é consistentemente inferior à despesa pública em educação, existindo, portanto, verbas que não são controladas pelo Ministério da Educação (pelo menos directamente).

Quadro 23 - Financiamento do ensino superior público<sup>6</sup>  
 Fonte: Ministério da Educação (valores a preços correntes em 10<sup>6</sup> escudos)

| Ano  | OES <sup>1</sup> | Δ Ano | ES <sup>2</sup> | OES/OME | ES/OME | ES/SPA | ES/PIB | Δ Ano |
|------|------------------|-------|-----------------|---------|--------|--------|--------|-------|
| 1988 | 32 791           |       | 32 791          | 12,2    | 12,2   | 1,08   | 0,46   |       |
| 1989 | 42 617           | 30,0  | 54 480          | 13,6    | 17,4   | 1,55   | 0,65   |       |
| 1990 | 52 684           | 23,6  | 63 209          | 13,5    | 16,2   | 1,43   | 0,64   | 16,0  |
| 1991 | 64 374           | 22,2  | 73 819          | 13,2    | 15,1   | 1,36   | 0,65   | 16,8  |
| 1992 | 79 833           | 24,0  | 96 437          | 12,1    | 14,6   | 1,54   | 0,76   | 30,6  |
| 1993 | 83 741           | 4,9   | 100 492         | 12,4    | 14,9   | 1,45   | 0,75   | 4,2   |
| 1994 | 88 898           | 6,2   | 107 773         | 13,0    | 15,8   | 1,49   | 0,74   | 7,2   |
| 1995 | 101 269          | 13,9  | 120 531         | 13,4    | 15,9   | 1,53   | 0,76   | 11,8  |
| 1996 | 121 118          | 19,6  | 137 091         | 14,5    | 16,4   | na     | na     | 13,7  |
| 1997 | 129 798          | 7,2   | 145 210         | na      | na     | na     | na     | 5,9   |

1 Financiamento do ensino superior via OGE

2 Financiamento do ensino superior adicionando verbas do OGE, PIDDAC (valores disponíveis de 1989 a 1995) e Acção Social Escolar (valores de 1990 a 1997)

Quanto ao ensino superior (Quadro 23) verifica-se que quer o orçamento (via OE) quer o montante total que lhe é afecto (incluindo PIDDAC e ASE nos anos em que estes dados foram disponibilizados) cresceram durante o período analisado. Com as excepções de 92 e 94, as verbas via OGE cresceram mais depressa do que as verbas totais. Pela positiva, destacam-se os anos 89-92 e 95-96, com crescimentos anuais bem acima dos do IPC.

Ambas as rubricas (OES e ES) cresceram no período mais depressa do que a despesa pública em educação, do que a despesa pública total e do que o PIB, ainda que com variações de ritmo ao longo do período. Este maior crescimento verificou-se

mais nos primeiros e nos últimos anos do período em análise. Parece observar-se uma tendência de estabilização da proporção do gasto público em ensino superior relativamente a qualquer uma daquelas grandezas (ainda que o retomar do crescimento em 96 e 97 possa fazer evoluir num sentido ascendente).

Genericamente, o período em análise foi razoavelmente favorável para o esforço financeiro público no ensino superior, situação bastante diferente das tendências observadas na generalidade dos países ocidentais, de crescentes restrições no financiamento público do ensino superior.

O crescimento das verbas afectas ao ensino superior deu-lhes uma maior visibilidade no orçamento do Ministério da Educação, como é visível pela fatia deste que lhe é destinada (nomeadamente no fim do período).

Quadro 24 - Evolução do financiamento público por subsistema público  
Fonte: Ministério da Educação, valores a preços correntes (sem PIDDAC e ASE)

| Ano  | Universidades | Δ Ano | Univ/ES | Politécnico | Δ Ano | Polit./ES | Outros |
|------|---------------|-------|---------|-------------|-------|-----------|--------|
| 1990 | 43 388        |       | 82.4%   | 9 075       |       | 17.2%     | 221    |
| 1991 | 52 161        | 20.2% | 81.0%   | 12 001      | 32.2% | 18.6%     | 212    |
| 1992 | 63 375        | 21.5% | 79.4%   | 16 065      | 33.9% | 20.1%     | 393    |
| 1993 | 67 009        | 5.7%  | 80.0%   | 16 609      | 3.4%  | 19.8%     | 123    |
| 1994 | 71 321        | 6.4%  | 80.2%   | 17 487      | 5.3%  | 19.7%     | 90     |
| 1995 | 81 518        | 14.3% | 80.5%   | 19 669      | 12.5% | 19.4%     | 82     |
| 1996 | 95 043        | 16.6% | 78.5%   | 25 981      | 32.1% | 21.5%     | 94     |
| 1997 | 101 846       | 7.2%  | 78.5%   | 27 842      | 7.2%  | 21.5%     | 110    |

O crescimento das verbas do ensino superior reflectiu-se em ambos os subsistemas (universitário e politécnico), embora com ritmos desiguais. o politécnico apresentou neste período um ritmo de crescimento mais significativo, porventura acompanhando uma maior expansão deste subsistema. No entanto, o subsistema universitário continuava a absorver em 1997 mais de 75% do total do financiamento do ensino superior (decreceu apenas 4%).

Aliás, verifica-se que o subsistema universitário resiste melhor nos anos de menor crescimento das verbas para o ensino superior, apresentando crescimentos acima da média, enquanto que o politécnico cresce mais nos anos de maior crescimento.

Os estabelecimentos de ensino superior não integrados (outros) tendem a assumir um valor cada vez mais residual (reforçado pela integração progressiva destes estabelecimentos isolados no politécnico ou no universitário).

Quadro 25 - Financiamento do ensino superior público - PIDDAC

Fonte: Ministério da Educação, valores a preços correntes em 10<sup>6</sup> escudos

| Ano  | ES     | Δ Ano  | Univers. | Δ Ano  | Univers./ES | Politécnico | Δ Ano  | Politéc./ES |
|------|--------|--------|----------|--------|-------------|-------------|--------|-------------|
| 1989 | 11 183 |        | 7 667    |        | 68.6%       | 3 516       |        | 31.4%       |
| 1990 | 10 022 | -10.4% | 7 253    | -5.4%  | 72.4%       | 2 769       | -21.2% | 27.6%       |
| 1991 | 8 398  | -16.2% | 5 127    | -29.3% | 61.0%       | 3 272       | 18.2%  | 39.0%       |
| 1992 | 13 799 | 64.3%  | 7 628    | 48.8%  | 55.3%       | 6 172       | 88.6%  | 44.7%       |
| 1993 | 13 219 | -4.2%  | 7 053    | -7.5%  | 53.4%       | 6 186       | 0.2%   | 46.8%       |
| 1994 | 14 723 | 11.4%  | 10 214   | 44.8%  | 69.4%       | 4 509       | -27.1% | 30.6%       |
| 1995 | 13 256 | 1.1%   | 11 264   | 10.3%  | 75.7%       | 3 619       | -19.7% | 24.3%       |
| 1996 | 13 630 | -10.9% | 11 129   | -1.2%  | 83.9%       | 2 128       | -41.2% | 16.1%       |
| 1997 | 13 846 | 2.8%   | 11 403   | 2.5%   | 83.7%       | 2 226       | 4.6%   | 16.3%       |

Quanto às verbas provenientes do PIDDAC e destinadas a investimento, observa-se uma elevada irregularidade na sua evolução anual. O seu impacto sobre as verbas do ensino superior tendeu a esbater-se ao longo do período. Por um lado, houve um crescimento das verbas do ensino superior (via OGE), por outro, as verbas do PIDDAC não apresentaram um crescimento elevado ao longo do período (inferior a 25%).

Quanto à sua distribuição por subsistema, verifica-se que se nos primeiros anos da década de 90 o politécnico tendeu a absorver uma parte significativa destas verbas (quase metade), com o avançar dos anos as universidades tenderam a concentrar a quase totalidade destes financiamentos (mais de 80%). esta distribuição deverá ter presente que estamos a falar de fundos de investimentos destinados essencialmente a equipamento, edifícios, etc., dos quais o politécnico porventura careceria mais no início do período, por se encontrar numa fase de consolidação. Isto sem subestimar as carências do sector universitário durante aquele período, pois também este apresentou um crescimento importante de necessidades materiais (e de forma a responder às crescentes exigências de ensino e investigação).

Quadro 26 - Financiamento da Acção social escolar pelo PIDDAC

Fonte: Ministério da Educação, valores a preços correntes em  $10^6$  escudos

| Ano  | ASE-PIDDAC | $\Delta$ Ano | Universidades | Univers./Total | Politécnico | Politéc./Total |
|------|------------|--------------|---------------|----------------|-------------|----------------|
| 1989 | 679        |              | 679           | 100%           | 0           | 0%             |
| 1990 | 502        | -26.0%       | 388           | 77%            | 115         | 23%            |
| 1991 | 1 046      | 108.1%       | 634           | 61%            | 412         | 39%            |
| 1992 | 2 804      | 168.0%       | 1 418         | 51%            | 1 385       | 49%            |
| 1993 | 3 532      | 26.0%        | 2 288         | 65%            | 1 244       | 35%            |
| 1994 | 4 151      | 17.5%        | 2 333         | 56%            | 1 818       | 44%            |
| 1995 | 4 380      | 5.5%         | 2 798         | 64%            | 1 582       | 36%            |
| 1996 | 2 716      | -38.0%       | 1 606         | 59%            | 1 110       | 41%            |
| 1997 | 1 782      | -34.4%       | 1 105         | 62%            | 677         | 38%            |

Com base neste programa (PIDDAC) foram também financiadas actividades da acção social escolar (ASE), essencialmente no que se refere a investimento em equipamentos. Estas verbas apresentam a mesma irregularidade que já se verificava nas anteriores, com crescimento nos primeiros anos da década (91-94) e decréscimos nos finais (96-97) do período em estudo.

No que diz respeito à repartição por subsistema, e diferentemente do item anterior, observa-se um padrão de crescimento mais regular, mas menos acentuado, das verbas destinadas ao politécnico. Mais uma vez, a fase de consolidação do politécnico parece ajudar à compreensão deste fenómeno. Por um lado porque as necessidades em termos de edifícios para o desempenho da actividade de ensino e de investigação tendem a ser vistos como prioritários, por outro, porque a expansão em termos de alunos tende a fazer crescer de uma forma mais lenta (mas mais consistente) as necessidades de apoio social escolar.

Ainda no que se refere à Acção Social escolar, mas já relativamente às verbas via OGE (Quadro 27), verifica-se que estas também cresceram de um modo consistente ao longo do período. Verifica-se, ainda, e à semelhança do que já acontecia no orçamento do Ensino Superior, um abrandamento deste crescimento nos anos 93-94, retomando um ritmo mais acelerado de crescimento entre 95 e 97.

Deste modo, o valor afecto à ASE dependeu, crescentemente, do financiamento via OGE e cada vez menos do financiamento via PIDDAC (quando este chegou a representar mais de 30% do valor global da ASE, entre 93 e 95).

### Quadro 27 - Financiamento da Acção social escolar via OGE

Fonte : Ministério da Educação, valores a preços correntes, em 10<sup>6</sup> escudos

| Ano  | ASE-Total <sup>1</sup> | Δ Ano | ASE - OGE | Δ Ano | ASE-OGE/ASE Tot |
|------|------------------------|-------|-----------|-------|-----------------|
| 1990 | 5 154                  |       | 4 651     |       | 90.2%           |
| 1991 | 6 618                  | 28.4% | 5 572     | 19.8% | 84.2%           |
| 1992 | 9 767                  | 47.6% | 6 963     | 25.0% | 71.3%           |
| 1993 | 11 162                 | 14.3% | 7 630     | 9.6%  | 68.4%           |
| 1994 | 12 361                 | 10.8% | 8 211     | 7.6%  | 66.4%           |
| 1995 | 14 109                 | 14.1% | 9 730     | 18.5% | 69.0%           |
| 1996 | 13 976                 | -0.9% | 11 260    | 15.7% | 80.6%           |
| 1997 | 14 716                 | 5.3%  | 12 934    | 14.9% | 87.9%           |

1 - Financiamento da acção social escolar via OGE e via PIDDAC

Como se pode observar (Quadro 28), o abrandamento no crescimento das verbas destinadas ao orçamento do ensino superior público (OGE) reflectiu-se numa descida do financiamento por aluno. Esta descida prolonga-se de 1992 a 94 (9nde atinge os valores mais baixos), afectando significativamente o ensino politécnico, para evidenciar uma recuperação nos anos seguintes, nomeadamente em 1996.

### Quadro 28 - Financiamento por aluno nos subsistemas públicos<sup>18</sup>

Fonte: Ministério da Educação, valores a preços correntes, em 10<sup>3</sup> escudos

| Ano   | Universidades | Politécnicos |
|-------|---------------|--------------|
| 1991  | 525           | 498          |
| 1992  | 565           | 463          |
| 1993  | 546           | 418          |
| 1994  | 535           | 390          |
| 1995  | 583           | 392          |
| 1996  | 659           | 476          |
| 1997* | 678           | 464          |

\* Não inclui o valor das propinas

Estas evoluções são tanto mais relevantes, dado estarmos perante valores a preços correntes. Assim, a dedução do efeito de subida dos preços ao longo do período levaria a descidas ainda mais pronunciadas do financiamento por aluno. Os dados apresentados permitem concluir que o crescimento do financiamento

<sup>18</sup> Foram usados apenas os valores do OGE para o ensino superior, dada a sua maior estabilidade. Faz-se ainda um ajustamento temporal do número de alunos segundo uma média ponderada entre anos lectivos. Assim, para o ano X teremos: Alunos de x = 0,75\*alunos de (x-1)/x + 0,25\*alunos de x/(x+1)

público, em algumas fases do período, esteve longe de acompanhar o ritmo de expansão do ensino superior público.

A recente recuperação é portanto mais significativa se considerarmos que os índices do IPC tiveram valores menores neste período (ver nota 15) tendo havido um contínuo crescimento do número de alunos no ensino superior público.

### **2.3. A evolução da fórmula de financiamento**

Desde 1993 o orçamento das instituições públicas de ensino superior passou a ser calculado com base numa fórmula de financiamento; ela foi já suficientemente descrita para que se apresente, de novo, em detalhe, limitando-nos aqui a referir que o seu objectivo, numa primeira fase, seria a redistribuição equitativa do orçamento pelas instituições e o nivelamento das dotações de pessoal com base em rácios “docente/aluno” e “pessoal não docente/docente”. Apesar de a fórmula ser “igualitária”, ela premeia de certo modo a qualidade, pois como é usado o custo médio de pessoal docente e não docente por instituição para o cálculo do respectivo orçamento, as instituições com pessoal mais qualificado terão maiores custos médios, o que se traduz, no final, por um acréscimo orçamental razoável<sup>19</sup>.

Atingida a convergência, a fórmula deveria ser alterada para comportar outros objectivos de política universitária, nomeadamente introduzindo alguns parâmetros de “output” como forma de premiar de algum modo a eficiência, ao mesmo tempo que se previa um estudo sobre o conceito de aluno “elegível” ou “financiável”.

Durante os anos de aplicação, a fórmula foi sendo objecto de sucessivas alterações, algumas tendo em vista a sua melhoria, outras tendo em vista a adequação dos resultados da sua aplicação ao plafond orçamental disponível. Estas sucessivas alterações vieram obscurecer a transparência da sua utilização e protelar a convergência desejada, inicialmente prevista para 5 anos.

Entre algumas das alterações mais significativas poderemos citar as seguintes:

- No primeiro ano de aplicação, os custos médios de pessoal das instituições com custos inferiores aos da média nacional foram substituídos por estes, tendo por base a ideia de que o acréscimo orçamental resultante seria uma compensação para os encargos com a formação de pessoal docente. Esta prática foi abandonada no ano seguinte, atendendo ao financiamento da qualificação do pessoal docente (mestrados e doutoramentos) pelo PRODEP2, com prioridade às instituições com corpo docente menos qualificado.
- A forma de financiar os alunos de mestrado e dos DESEs do ensino politécnico também foi alvo de diversas alterações, quer quanto à forma

---

<sup>19</sup> Por exemplo, para 1999, o custo médio do pessoal docente da Universidade de Aveiro era cerca de 19,5% superior ao custo na UTAD.

de contagem quer quanto à inclusão ou não dos encargos com o pessoal não docente.

- Muito significativa foi a decisão de alterar a definição do conceito de orçamento tendencial, inicialmente entendido como orçamento corrigido, ou seja, o valor ajustado do orçamento do ano ( $x-1$ ), incluindo, portanto, as verbas para aumento de vencimentos desse ano. Posteriormente, o orçamento tendencial foi majorado com o crescimento do número de alunos entre os anos ( $x-1$ ) e  $x$ , o que veio a beneficiar de forma significativa as instituições com acentuado acréscimo de alunos e permitiu evitar oscilações do orçamento das instituições próximo da convergência.
- À investigação (encarada apenas na vertente de apoio à formação do pessoal docente) foram atribuídos inicialmente 2% do orçamento-padrão de pessoal para as universidades e 0,8% para os institutos politécnicos. Mais tarde, esta percentagem foi elevada<sup>20</sup> para 6,12% para as universidades e 2,44% para os institutos politécnicos, por forma a criar igualdade de tratamento entre as diversas instituições.
- Foram feitos ajustamentos pontuais às rácios, por forma a responder a algumas situações que correspondiam a um pedido de um número elevado de instituições.
- Finalmente, há que referir o facto de o parâmetro de convergência  $\alpha$  não ter seguido uma evolução regular, como inicialmente previsto tendo, pelo contrário, sofrido flutuações aleatórias, muitas das quais tiveram a ver com a ideia inicial de ajustar anualmente a fórmula ao plafond orçamental disponível.

A partir de 1997 o CRUP solicitou ao Ministério da Educação uma mudança na forma de aplicação da fórmula: esta devia ser aplicada sem ajustamentos, sendo a contenção dentro do plafond orçamental feita por um corte uniforme no orçamento de todas as instituições. Por um lado, ganhava-se clareza na utilização da fórmula mas, por outro, responsabiliza-se o Governo por assumir de forma aberta e clara o ónus político dos cortes relativamente à fórmula de financiamento.

Assim, em 1997, foi aplicado um corte uniforme de 4,5% sobre os valores da fórmula notando-se, porém, que o valor de  $\alpha$ , em vez de aumentar, foi mantido igual ao do ano anterior e o acréscimo da verba de investigação (passagem de 2% para 6,12%) foi apenas parcialmente cumprido (25%). Em 1998, o valor de  $\alpha$  foi correctamente aumentado e a correcção da parcela de investigação foi total, sendo o corte proporcional reduzido a 1,7%; porém, só foi possível cumprir o plafond orçamental nestas condições porque a reintrodução das propinas (iguais ao valor do ordenado mínimo) e a sua integração no orçamento serviu de almofada aos acréscimos orçamentais previstos pela fórmula de financiamento.

Já então se previu que em 1999 iria surgir uma ruptura na aplicação da fórmula, uma vez que não haveria um novo efeito aditivo das propinas (elas já

---

<sup>20</sup> Verifica-se que algumas instituições recebiam verbas suplementares do Ministério da Educação para atender a situações criadas na fase de extinção do INIC e da criação de algumas unidades de investigação resultantes do apoio de sectores exteriores à educação.

tenham sido integradas em 1998, pelo que eventuais acréscimos só resultariam do aumento do salário mínimo e do aumento do número de alunos inscritos) e porque o possível efeito de descompressão, resultante da aplicação do conceito de “estudante elegível”, só faria efeito alguns anos depois. De facto, para 1999, a aplicação da fórmula só foi possível porque se introduziu uma maquilhagem para evitar a utilização dos cortes proporcionais, como preconizado pelo CRUP, o que se compreende face ao clima de agitação estudantil provocado pela guerra das propinas, o qual tornou a palavra “corte” uma obscenidade. Essa maquilhagem passou pela não contabilização das propinas no orçamento tendencial e pela utilização de um valor de  $\alpha$  inferior ao valor perspectivado.

Diversos factores contribuem para um crescimento dos orçamentos previstos pela fórmula de forma mais acentuada do que o previsto, nomeadamente:

- A aceleração da formação de docentes doutorados (em particular por aplicação dos programas Ciência e PRODEP) e a sua passagem automática a professores auxiliares.
- A revalorização salarial extraordinária da carreira docente, nos anos mais recentes.
- A requalificação do pessoal não docente, quer por efeito de “outsourcing” de alguns serviços das instituições (segurança, limpeza, etc.) que eliminou algum pessoal de salários mais baixos, quer por efeito da contratação de pessoal mais qualificado para fazer face ao acréscimo de funções resultante da aplicação das leis de autonomia. Um efeito deste tipo tem sido verificado em outros países europeus, por exemplo na Noruega<sup>21</sup>, onde um estudo recente mostra um significativo aumento da contratação de pessoal administrativo qualificado, em detrimento do pessoal menos especializado.
- Finalmente, o número de alunos do sector público tem continuado a crescer sistematicamente, como se viu no capítulo anterior e, como o orçamento calculado pela fórmula é proporcional ao seu número, o efeito final é, também, de crescimento significativo do financiamento necessário. Neste domínio cabe alguma culpa ao Governo, pois as instituições sempre chamaram a atenção para a necessidade de se avançar para a aprovação de contratos de desenvolvimento, com definição das áreas de crescimento e do respectivo volume, como forma de contratualizar de forma estável a relação entre instituições e Governo.

Os Quadros 29 e 30 mostram o crescimento do custo médio do pessoal docente e não docente nas universidades, enquanto que os Quadros 31 e 32 mostram essa evolução para os institutos politécnicos. Excluindo algumas situações aberrantes, a carecer de análise mais detalhada (por exemplo, o grande crescimento do custo do pessoal docente da Universidade do Algarve fica a dever-

---

<sup>21</sup> Gornitzka, A., Kyvik, S., Larsen, I.M., (1996), The bureaucratisation of universities, artigo apresentado na 9ª Conferência CHER, Turku, Finlândia.



se, em grande parte, ao facto de no primeiro ano não ter havido separação da componente do politécnico), é evidente que os custos médios têm crescido sempre alguns pontos acima da inflação (e as outras despesas são 25% das despesas de pessoal, sendo a verba de investigação 6,12% dessas mesmas despesas!) o que, associado ao continuado crescimento do número de alunos e ao progressivo crescimento do factor de convergência  $\alpha$ , provoca enormes dificuldades à aplicação genérica da fórmula.

Por outro lado, as taxas de repetência elevadas têm levado ao acumular dos alunos dentro do sistema, não sendo de esperar, pelo menos a curto prazo, qualquer efeito em sentido contrário por aplicação do conceito de aluno elegível.

Os dados coligidos no primeiro capítulo apontam inquestionavelmente para um abrandamento da procura, com uma diminuição do número de alunos no ensino superior, o que permitirá, a médio prazo, estabilizar o sistema e permitir mesmo uma consolidação da qualidade por aumento do financiamento per capita do custo dos alunos. Porém, alguns anos decorrerão antes de se atingir essa situação no sector público, o qual continua, ainda, a ser o objecto preferencial dos alunos.

Quadro 29 - Evolução do custo médio do pessoal docente  
(universidades públicas - valores em contos)

|            | 1995<br>1 | 1996<br>2 | 1997<br>3 | 1998<br>4 | 1999<br>5 | $\Delta(1/5)\%$<br>6 |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------------|
| U. Algarve | 3 881     | 4 628     | 5 045     | 5 468     | 6 121     | 57.71%               |
| U. Aveiro  | 4 694     | 5 249     | 5 874     | 5 990     | 6 489     | 38.23%               |
| U.B.I.     | 4 473     | 4 848     | 5 127     | 5 182     | 5 744     | 28.41%               |
| U. Coimbra | 4 574     | 4 835     | 5 365     | 5 824     | 6 095     | 33.24%               |
| U. Évora   | 4 037     | 4 324     | 4 935     | 5 308     | 5 807     | 43.86%               |
| U.Lisboa   | 4 522     | 4 929     | 5 717     | 5 974     | 6 349     | 40.39%               |
| U.Minho    | 4 274     | 4 716     | 5 128     | 5 487     | 5 768     | 34.95%               |
| U.N.L.     | 4 655     | 4 880     | 5 467     | 5 957     | 6 337     | 36.14%               |
| U.T.L.     | 4 600     | 5 014     | 5 691     | 6 224     | 6 621     | 43.92%               |
| U.Porto    | 4 541     | 4 769     | 5 326     | 5 977     | 6 329     | 39.37%               |
| U.T.A.D.   | 3 977     | 4 146     | 4 578     | 4 950     | 5 431     | 36.54%               |
| I.S.C.T.E. | 3 995     | 4 232     | 4 584     | 5 264     | 5 539     | 38.65%               |
| U. Açores  |           | 4 265     | 4 783     | 5 577     | 5 630     |                      |
| U. Madeira |           | 4 307     | 4 773     | 4 833     | 5 528     |                      |

Quadro 30 - Evolução do custo médio do pessoal não docente  
(universidades públicas - valores em contos)

|            | 1995<br>1 | 1996<br>2 | 1997<br>3 | 1998<br>4 | 1999<br>5 | $\Delta(1/5)\%$ |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------|
| U. Algarve | 1 648     | 2 007     | 1 992     | 2 239     | 2 279     | 38.24%          |
| U. Aveiro  | 1 969     | 2 178     | 2 269     | 2 516     | 2 619     | 32.97%          |
| U.B.I.     | 1 796     | 2 045     | 2 051     | 2 160     | 2 341     | 30.34%          |
| U. Coimbra | 2 003     | 2 316     | 2 523     | 2 474     | 2 609     | 30.27%          |
| U. Évora   | 1 853     | 1 671     | 1 898     | 2 104     | 2 232     | 20.47%          |
| U.Lisboa   | 2 355     | 2 222     | 2 383     | 2 544     | 2 676     | 13.63%          |
| U.Minho    | 1 951     | 1 826     | 2 004     | 2 340     | 2 431     | 24.64%          |
| U.N.L.     | 1 943     | 2 225     | 2 287     | 2 493     | 2 587     | 33.12%          |
| U.T.L.     | 1 903     | 2 212     | 2 181     | 2 534     | 2 372     | 24.67%          |
| U.Porto    | 2 033     | 2 279     | 2 502     | 2 759     | 2 937     | 44.45%          |
| U.T.A.D.   | 1 704     | 1 921     | 2 045     | 2 186     | 1 943     | 14.05%          |
| I.S.C.T.E. | 1 789     | 2 071     | 2 359     | 2 222     | 2 528     | 41.27%          |
| U. Açores  |           | 2 320     | 1 939     | 2 940     | 2 537     |                 |
| U. Madeira |           | 2 800     | 1 643     | 2 471     | 2 476     |                 |

Quadro 31 - Evolução do custo médio do pessoal docente  
(politécnicos públicos - valores em contos)

|               | 1 995<br>1 | 1 996<br>2 | 1 997<br>3 | 1 998<br>4 | 1 999<br>5 | $\Delta(1/5)\%$ |
|---------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------------|
| ISCA-Aveiro   | 3 706      | 4 396      | 4 483      | 5 025      | 5 122      | 38.22%          |
| IP Beja       | 3 952      | 4 346      | 4 924      | 5 181      | 5 237      | 32.53%          |
| I.P. Bragança | 4 004      | 4 672      | 4 863      | 5 086      | 5 205      | 29.99%          |
| IP C. Branco  | 4 410      | 4 675      | 5 214      | 5 388      | 5 441      | 23.38%          |
| IPCoimbra     | 4 077      | 4 471      | 4 949      | 5 341      | 5 380      | 31.95%          |
| IP Guarda     | 3 839      | 4 169      | 4 596      | 5 056      | 5 373      | 39.94%          |
| IP Leiria     | 4 386      | 4 210      | 4 438      | 4 677      | 4 718      | 7.57%           |
| IP Lisboa     | 3 874      | 4 295      | 4 678      | 4 743      | 5 431      | 40.21%          |
| IP Portalegre | 4 404      | 4 643      | 5 109      | 5 435      | 5 589      | 26.92%          |
| IP Porto      | 4 150      | 4 383      | 4 735      | 4 957      | 5 440      | 31.08%          |
| IP Santarém   | 3 866      | 4 293      | 4 805      | 4 991      | 5 298      | 37.02%          |
| ESTG Tomar    |            |            | 4 837      | 4 647      | 4 786      |                 |
| IP Setúbal    | 4 687      | 5 093      | 4 995      | 5 343      | 5 552      | 18.46%          |
| IP V.Castelo  | 4 367      | 4 546      | 4 910      | 5 317      | 5 764      | 31.98%          |
| IP Viseu      | 4 247      | 4 541      | 5 127      | 4 890      | 5 404      | 27.25%          |

Quadro 32 - Evolução do custo médio do pessoal não docente  
(politécnicos públicos - valores em contos)

|               | 1 995<br>1 | 1 996<br>2 | 1 997<br>3 | 1 998<br>4 | 1 999<br>5 | $\Delta(1/5)\%$ |
|---------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------------|
| ISCA-Aveiro   | 1 899      | 2 042      | 2 169      | 2 245      | 2 191      | 15.37%          |
| IP Beja       | 1 680      | 1 818      | 2 020      | 2 035      | 2 318      | 37.96%          |
| I.P. Bragança | 1 725      | 1 982      | 2 145      | 2 183      | 2 347      | 36.03%          |
| IP C. Branco  | 1 627      | 1 849      | 1 877      | 2 084      | 2 277      | 39.96%          |
| IPCoimbra     | 1 672      | 1 799      | 1 974      | 2 178      | 2 186      | 30.77%          |
| IP Guarda     | 1 932      | 2 094      | 2 173      | 2 116      | 2 365      | 22.43%          |
| IP Leiria     | 1 946      | 2 362      | 2 122      | 2 304      | 2 415      | 24.11%          |
| IP Lisboa     | 1 963      | 2 159      | 2 258      | 2 380      | 2 352      | 19.85%          |
| IP Portalegre | 1 962      | 2 238      | 2 246      | 2 220      | 2 599      | 32.46%          |
| IP Porto      | 1 676      | 1 917      | 1 973      | 2 334      | 2 376      | 41.75%          |
| IP Santarém   | 1 675      | 1 855      | 2 098      | 2 221      | 2 482      | 48.17%          |
| ESTG Tomar    |            |            | 1 746      | 1 835      | 2 008      |                 |
| IP Setúbal    | 1 795      | 2 234      | 2 306      | 2 338      | 2 676      | 49.10%          |
| IP V.Castelo  | 1 877      | 2 109      | 2 238      | 2 355      | 2 389      | 27.26%          |
| IP Viseu      | 1 852      | 2 091      | 2 013      | 2 450      | 2 739      | 47.87%          |

### 3. A previsão das necessidades de financiamento

Para efectuar a previsão das necessidades de financiamento até 2005 foi necessário fazer algumas hipóteses sobre o número de alunos; em particular, o facto de tudo indicar uma diminuição significativa da procura até 2005/06, leva a admitir que os *numerus clausus* do sector público não irão aumentar, ou que quando muito haverá transições de alunos entre cursos e entre instituições. Por exemplo, as acções a desenvolver na área das ciências da saúde, como consequência do desenvolvimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 140/98, de 19 de Novembro, irão deslocar candidatos de Medicina Veterinária ou Biologia, por exemplo, para ocupar o aumento de vagas em Medicina. Como resultado desta hipótese, o aumento do número de alunos inscritos fica a dever-se apenas ao preenchimento dos cursos de criação mais recente e nota-se, em consequência, uma desaceleração da taxa de crescimento do número de alunos, a qual passa nas universidades de 4,0% em 2000 para 1,4% em 2005, enquanto que no Politécnico se passa de 10,0% em 2000 para apenas 0,7% em 2005.

Assim, e de forma mais detalhada, admitem-se em relação aos cursos de graduação as seguintes hipóteses:

- Foi efectuada uma hipótese de crescimento de alunos inscritos, em cursos de formação inicial - bacharelato, licenciatura, bi-etápicas de bacharelato + licenciatura, até ao ano lectivo 2005/06

no ensino superior público. Esta hipótese partiu da situação observada no ano lectivo de 1997/98 e do número de vagas fixado para 1998/99.

- Na hipótese referida a previsão de alunos inscritos foi elaborada a partir dos valores de alunos inscritos em 1997/98 e da previsão efectuada para o ano lectivo 1998/99, enviada às instituições em 27 de Julho de 1998.
- A metodologia seguiu o modelo semelhante ao utilizado na previsão de alunos para o ensino superior público em 1998/99, calculada para efeitos do processo de preparação do orçamento de 1999.
- Nesta projecção o número de vagas utilizado nos diferentes anos lectivos manteve-se constante e foi o número fixado para 1998/99.
- Assim, o número total de alunos inscritos para um determinado ano lectivo corresponde ao número de alunos inscritos no ano lectivo transacto adicionado ao número de alunos entrados pela primeira vez, no primeiro ano, nesse ano lectivo e subtraindo-se o número de alunos que se diplomaram e os que abandonaram o sistema de ensino no ano lectivo transacto.
- O número de alunos entrados pela primeira vez, no primeiro ano, foi calculado utilizando a taxa de acréscimo das vagas observada em 1997/98, a qual corresponde à relação observada entre o número de alunos entrados pela primeira vez, no primeiro ano, em 1997/98 e o número de vagas iniciais fixado para esse ano lectivo.
- O número de diplomados foi estimado utilizando a mesma taxa de sucesso observada no ano lectivo 1997/98, a qual foi calculada a partir da relação entre o número de alunos que se diplomou em 1996/97 e as vagas fixadas em ano lectivo anterior correspondente à duração média do curso (calculada em função dos diferentes tipos de curso existentes em cada estabelecimento de ensino).
- A taxa de abandonos considerada foi a utilizada no ano lectivo de 1997/98 e corresponde à observada em 1996/07, para apuramento do número de alunos que transitam para 1998/99 e refere a relação entre o número de alunos que deveria transitar para o ano lectivo de 1998/99 e aquele que na realidade transitará para esse ano lectivo.

Quanto aos cursos de mestrado e de pós-licenciatura foram assumidas as seguintes hipóteses:

- Foi efectuada uma estimativa de alunos inscritos em cursos de formação avançada - mestrados e pós-licenciaturas (com duração igual ou superior a um ano lectivo) - até ao ano lectivo de 2006/07 no ensino superior. Esta hipótese partiu do número de alunos inscritos no ano lectivo de 1997/98 e do acréscimo observado entre este ano lectivo, 1997/98 e o ano lectivo transacto, ou seja, 1996/97.
- Assim, esta projecção de alunos utilizou uma hipótese de crescimento anual de 10% que se aplicou a partir do número de alunos inscritos em 1997/98.
- Foram estimados alunos em cursos de formação avançada para as instituições que, na presente data, apresentam cursos deste tipo registados.
- No caso de existirem cursos de mestrados ou de pós-licenciatura em instituições que, em 1997/98, não apresentaram alunos inscritos nos mesmos utilizou-se o valor disponível mais recente ou estimou-se um valor para 1998/99 no caso de somente ser previsível o início de funcionamento nesse ano.

Quanto ao aluno elegível existem, ainda, muitas incertezas sobre a sua aplicação, bem como sobre o resultado de medidas de promoção da qualidade (ou de aumento da taxa de sucesso) anunciadas pelo Ministério da Educação. Por esse motivo, não se levou em conta o seu eventual efeito. Resta acrescentar que as previsões de alunos de formação inicial partem da situação real de 1997/98 e da previsão para 1998/99, pelo que é possível que a introdução dos alunos realmente inscritos em 1998/99 venha a baixar ligeiramente a previsão. De igual modo não existem ainda dados que permitam avaliar a eventual saída de alunos do sistema face ao aumento do valor das propinas.

Finalmente, deve recordar-se que os CESEs estão em extinção por efeito da alteração da Lei de Bases do Sistema de Ensino, não havendo ainda previsões do DESUP sobre a sua evolução. Por esse motivo, admite-se a sua redução à taxa de 50% ao ano, com extinção definitiva em 2003.

Por outro lado, toda a previsão é feita com base em preços do final de 1999, uma vez que se fez um ajustamento salarial com inclusão de todos os aumentos previstos para este ano. Nos anos seguintes mantém-se o valor dos salários, admitindo-se, apenas, o aumento dos custos médios anuais que resultam do aumento de 2% atribuído a promoções. Assim, os cálculos efectuados não tem em linha de conta o efeito da inflação entre 2000 e 2005.

Quanto ao factor  $\alpha$  de convergência da fórmula, varia entre 0,5 em 2000 e 1,0 em 2005, ou seja, no fim do período admite-se a convergência integral do orçamento de todas as instituições, universidades e institutos politécnicos.

Os resultados são apresentados em resumo nos Quadros 33 e 34. Os Quadros 35 a 40 apresentam os detalhes do cálculo, ano a ano, para as universidades, enquanto os Quadros 41 a 46 apresentam os detalhes do cálculo para os institutos politécnicos.

De acordo com os resultados obtidos, a convergência integral exige que o orçamento das universidades cresça de 118,43 milhões de contos em 1999 para 191.21 milhões em 2005, ou seja um acréscimo de 61,5% em 6 anos (ligeiramente acima de 8% ao ano), para um acréscimo de 16,2% do número de alunos. Quanto aos institutos politécnicos a convergência leva a uma subida do orçamento de 40,79 milhões de contos em 1999 para 62,50 milhões de contos em 2005 (cerca de 7% ao ano), para um acréscimo de alunos de 20,4%.

Porém, pode ser necessário um menor esforço financeiro, desde que se contenha a expansão da pós-graduação (acrécimo de 10% ao ano) ou desde que o acréscimo de alunos seja menor, por exemplo por entrada em vigor do conceito de aluno elegível.

De qualquer modo, entende-se que estes resultados, pese embora alguma incerteza nas hipóteses que foram utilizadas para base do cálculo, poderão servir como um bom ponto de partida para uma negociação que cada vez se torna mais necessária e que deve conduzir a uma fórmula ajustada à evolução previsível da procura do ensino superior público nos próximos anos. Aliás, a utilização da fórmula de financiamento nunca foi conjugada com a assinatura de planos de desenvolvimento entre o Ministério da Educação e as instituições, ficando estas com a liberdade (em particular as universidades públicas) de criar sucessivamente novos cursos, passando para o Ministério a responsabilidade do seu financiamento integral.

Quadro - 33 Previsões das necessidades de financiamento até 2005

|                | OE+PRODEP<br>corrigido<br>estimado<br>1999 | Orçamento de Estado inicial, a preços de final e 1999, com acréscimo anual de 2%<br>para promoções |                        |                        |                        |                        |                        | Entre os anos de 1999 e 2005 |       |                              |
|----------------|--|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------------|-------|------------------------------|
|                |  | 2000<br>$\alpha = 0.4$   | 2001<br>$\alpha = 0.5$ | 2002<br>$\alpha = 0.6$ | 2003<br>$\alpha = 0.7$ | 2004<br>$\alpha = 0.8$ | 2005<br>$\alpha = 1.0$ | OE                           |       | alunos<br>Form. inicial<br>% |
|                |  | Valor  |                        | %                      |                        |                        |                        |                              |       |                              |
| Universidades  | 118.43                                     | 129.12   | 142.21                 | 155.34                 | 167.69                 | 178.27                 | 191.21                 | 72.78                        | 61.5% | 16.2%                        |
| I.Politécnicos | 40.79                                      | 46.11  | 50.47                  | 54.01                  | 56.82                  | 59.33                  | 62.50                  | 21.70                        | 53.2% | 20.4%                        |
| Total          | 159.22                                     | 175.23   | 192.68                 | 209.35                 | 224.51                 | 237.60                 | 253.71                 | 94.48                        | 59.3% | 17.5%                        |

Quadro - 34 Evolução anual das necessidades de financiamento

|                | 2000            |       |            | 2001            |       |            | 2002            |      |            | 2003            |      |            | 2004            |      |            | 2005            |      |            |
|----------------|-----------------|-------|------------|-----------------|-------|------------|-----------------|------|------------|-----------------|------|------------|-----------------|------|------------|-----------------|------|------------|
|                | Acréscimo de OE |       | Alunos     | Acréscimo de OE |       | Alunos     | Acréscimo de OE |      | Alunos     | Acréscimo de OE |      | Alunos     | Acréscimo de OE |      | Alunos     | Acréscimo de OE |      | Alunos     |
|                | Valor           | %     | F. inicial | Valor           | %     | F. inicial | Valor           | %    | F. inicial | Valor           | %    | F. inicial | Valor           | %    | F. inicial | Valor           | %    | F. inicial |
| Universidades  | 10.69           | 9.0%  | 4.0%       | 13.08           | 10.1% | 3.4%       | 13.13           | 9.2% | 2.6%       | 12.35           | 8.0% | 2.2%       | 10.58           | 6.3% | 1.5%       | 12.94           | 7.3% | 1.4%       |
| I.Politécnicos | 5.32            | 13.0% | 10.0%      | 4.36            | 9.5%  | 5.1%       | 3.54            | 7.0% | 2.2%       | 2.81            | 5.2% | 1.0%       | 2.50            | 4.4% | 0.3%       | 3.17            | 5.3% | 0.7%       |
| Total          | 16.01           | 10.1% | 5.7%       | 17.44           | 10.0% | 3.9%       | 16.67           | 8.7% | 2.5%       | 15.16           | 7.2% | 1.8%       | 13.08           | 5.8% | 1.2%       | 16.11           | 6.8% | 1.2%       |



| Ano de 2000<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE        | OE       | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|-----------|----------|-------|----------|---------------|
| U. Algarve - Total                   | 7 054.7             | 42.8                     | 29.8                          | 7 127.3      | 5 403.9                        | 1 723.4  | 0.4      | 6 215.1            | 531.9    | 5 683.2   | 544.0    | 10.6% | 5.2%     | 0.85          |
| a)Universidade                       | 3 624.1             |                          | 29.8                          |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 4.0%     |               |
| b)Politécnico                        | 3 430.6             | 42.8                     |                               |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 6.2%     |               |
| U. Aveiro                            | 9 025.5             |                          | 173.9                         | 9 199.4      | 7 057.3                        | 2 142.1  | 0.4      | 8 072.4            | 517.1    | 7 555.3   | 785.8    | 11.6% | 4.3%     | 0.86          |
| U.B.I.                               | 3 839.5             |                          | 61.0                          | 3 900.5      | 3 084.7                        | 815.8    | 0.4      | 3 479.2            | 269.0    | 3 210.2   | 243.6    | 8.2%  | 4.0%     | 0.87          |
| U. Coimbra                           | 19 435.5            |                          | 963.5                         | 20 399.0     | 15 842.4                       | 4 556.6  | 0.4      | 18 018.3           | 1 323.8  | 16 694.5  | 1 409.0  | 9.2%  | 3.6%     | 0.87          |
| U. Évora                             | 6 432.5             | 15.6                     | 240.0                         | 6 688.1      | 4 960.9                        | 1 727.2  | 0.4      | 5 764.8            | 450.1    | 5 314.7   | 574.0    | 12.1% | 4.6%     | 0.85          |
| U.Lisboa s/anexos                    | 17 468.5            |                          | 1 171.1                       | 18 639.6     | 15 644.0                       | 2 995.6  | 0.4      | 17 179.1           | 1 185.8  | 15 993.3  | 674.4    | 4.4%  | 2.1%     | 0.90          |
| U.Minho                              | 12 594.8            | 122.5                    | 598.6                         | 13 315.9     | 10 347.0                       | 2 968.9  | 0.4      | 11 765.2           | 918.0    | 10 847.2  | 1 094.4  | 11.2% | 6.1%     | 0.87          |
| UNL s/anexos                         | 12 260.0            |                          | 909.7                         | 13 169.7     | 10 079.9                       | 3 089.8  | 0.4      | 11 542.1           | 764.5    | 10 777.6  | 1 219.0  | 12.8% | 5.5%     | 0.86          |
| U.T.L.                               | 20 924.2            |                          | 1 904.0                       | 22 828.2     | 17 992.6                       | 4 835.6  | 0.4      | 20 325.4           | 1 270.0  | 19 055.4  | 1 509.2  | 8.6%  | 2.5%     | 0.87          |
| U. Porto                             | 24 202.5            |                          | 1 743.3                       | 25 945.8     | 19 870.2                       | 6 075.6  | 0.4      | 22 746.5           | 1 415.7  | 21 330.8  | 1 968.2  | 10.2% | 2.6%     | 0.86          |
| U.T.A.D.                             | 6 962.5             | 8.5                      | 82.9                          | 7 053.9      | 5 539.0                        | 1 514.9  | 0.4      | 6 267.9            | 477.4    | 5 790.5   | 678.2    | 13.3% | 8.3%     | 0.87          |
| I.S.C.T.E.                           | 3 102.7             |                          | 224.1                         | 3 326.8      | 2 372.6                        | 954.2    | 0.4      | 2 809.3            | 297.2    | 2 512.1   | 237.5    | 10.4% | 4.3%     | 0.83          |
| U. Açores                            | 2 672.3             |                          | 18.2                          | 2 690.5      | 2 747.3                        | -56.8    | 0.4      | 2 784.9            | 199.3    | 2 585.6   | -161.7   | [5.9] | 6.1%     | 1.01          |
| U. Madeira                           | 1 871.9             |                          | 4.5                           | 1 876.4      | 1 876.4                        | 0.0      | 0.4      | 1 914.0            | 140.6    | 1 773.4   | -84.1    | [4.5] | 4.6%     | 1.00          |
| Total Universidades                  | 147 847.1           | 189.4                    | 8 124.6                       | 156 161.1    | 122 818.2                      | 33 342.9 |          | 138 884.2          | 9 760.4  | 129 123.8 | 10 691.5 | 9.0%  | 4.0%     | 0.87          |

Quadro - 36 Orçamento das universidades - Ano 2001

| Ano de 2001<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE        | OE       | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|-----------|----------|-------|----------|---------------|
| U. Algarve - Total                   | 7 388.9             | 21.4                     | 33.2                          | 7 443.5      | 5 830.6                        | 1 612.9  | 0.5      | 6 769.8            | 545.7    | 6 224.1   | 540.9    | 9.5%  | 2.6%     | 0.89          |
| a)Universidade                       | 3 836.1             |                          | 33.2                          |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 3.8%     |               |
| b)Politécnico                        | 3 552.8             | 21.4                     |                               |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 1.5%     |               |
| U. Aveiro                            | 9 739.7             |                          | 195.2                         | 9 934.9      | 7 993.3                        | 1 941.6  | 0.5      | 9 143.4            | 547.0    | 8 596.4   | 1 041.0  | 13.8% | 5.8%     | 0.90          |
| U.B.I.                               | 4 063.6             |                          | 68.9                          | 4 132.5      | 3 331.0                        | 801.5    | 0.5      | 3 806.4            | 279.1    | 3 527.3   | 317.0    | 9.9%  | 3.8%     | 0.90          |
| U. Coimbra                           | 20 325.4            |                          | 1 081.3                       | 21 406.7     | 17 116.7                       | 4 290.0  | 0.5      | 19 646.9           | 1 357.2  | 18 289.7  | 1 595.1  | 9.6%  | 2.5%     | 0.90          |
| U. Évora                             | 6 812.2             | 7.9                      | 268.8                         | 7 088.9      | 5 518.0                        | 1 570.9  | 0.5      | 6 429.5            | 467.4    | 5 962.1   | 647.5    | 12.2% | 3.8%     | 0.89          |
| U.Lisboa s/anexos                    | 18 256.3            |                          | 1 314.2                       | 19 570.5     | 16 386.8                       | 3 183.7  | 0.5      | 18 338.2           | 1 215.0  | 17 123.2  | 1 129.9  | 7.1%  | 2.5%     | 0.92          |
| U.Minho                              | 13 452.3            | 62.5                     | 671.3                         | 14 186.1     | 11 358.6                       | 2 827.5  | 0.5      | 13 027.8           | 961.3    | 12 066.5  | 1 219.3  | 11.2% | 4.7%     | 0.90          |
| UNL s/anexos                         | 13 120.8            |                          | 1 020.8                       | 14 141.6     | 11 308.2                       | 2 833.4  | 0.5      | 12 979.4           | 802.2    | 12 177.2  | 1 399.6  | 13.0% | 4.9%     | 0.90          |
| U.T.L.                               | 21 747.5            |                          | 2 136.2                       | 23 883.7     | 19 416.9                       | 4 466.8  | 0.5      | 22 083.3           | 1 294.0  | 20 789.3  | 1 733.9  | 9.1%  | 1.9%     | 0.91          |
| U. Porto                             | 25 236.0            |                          | 1 956.5                       | 27 192.5     | 21 805.6                       | 5 386.9  | 0.5      | 24 989.0           | 1 447.2  | 23 541.8  | 2 211.0  | 10.4% | 2.2%     | 0.90          |
| U.T.A.D.                             | 7 562.2             | 4.3                      | 92.4                          | 7 658.9      | 6 166.0                        | 1 492.9  | 0.5      | 7 050.7            | 508.4    | 6 542.3   | 751.9    | 13.0% | 6.5%     | 0.90          |
| I.S.C.T.E.                           | 3 313.6             |                          | 251.4                         | 3 565.0      | 2 630.3                        | 934.7    | 0.5      | 3 159.6            | 311.2    | 2 848.4   | 336.3    | 13.4% | 4.7%     | 0.87          |
| U. Açores                            | 2 893.5             |                          | 20.6                          | 2 914.1      | 2 744.7                        | 169.4    | 0.5      | 2 886.0            | 211.5    | 2 674.5   | 88.8     | 3.4%  | 6.2%     | 0.97          |
| U. Madeira                           | 2 024.2             |                          | 5.3                           | 2 029.5      | 1 880.0                        | 149.5    | 0.5      | 1 993.8            | 149.1    | 1 844.7   | 71.4     | 4.0%  | 6.0%     | 0.96          |
| Total Universidades                  | 155 936.2           | 96.1                     | 9 116.1                       | 165 148.4    | 133 486.7                      | 31 661.7 |          | 152 303.9          | 10 096.3 | 142 207.6 | 13 083.6 | 10.1% | 3.4%     | 0.90          |

Quadro - 37 Orçamento das universidades - ano 2002

| Ano de 2002<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE        | OE       | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|-----------|----------|-------|----------|---------------|
| U. Algarve - Total                   | 7 689.5             | 10.9                     | 37.4                          | 7 737.8      | 6 346.4                        | 1 391.4  | 0.6      | 7 324.9            | 556.4    | 6 768.5   | 544.4    | 8.7%  | 2.0%     | 0.93          |
| a)Universidade                       | 4 021.1             |                          | 37.4                          |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 2.8%     |               |
| b)Politécnico                        | 3 668.4             | 10.9                     |                               |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 1.2%     |               |
| U. Aveiro                            | 10 278.4            |                          | 218.2                         | 10 496.6     | 8 894.0                        | 1 602.6  | 0.6      | 10 052.7           | 566.0    | 9 486.7   | 890.4    | 10.4% | 3.5%     | 0.94          |
| U.B.I.                               | 4 278.6             |                          | 77.2                          | 4 355.8      | 3 641.1                        | 714.7    | 0.6      | 4 151.3            | 288.1    | 3 863.2   | 336.0    | 9.5%  | 3.2%     | 0.93          |
| U. Coimbra                           | 21 223.5            |                          | 1 212.5                       | 22 436.0     | 18 723.4                       | 3 712.6  | 0.6      | 21 370.0           | 1 389.4  | 19 980.6  | 1 690.8  | 9.2%  | 2.4%     | 0.93          |
| U. Évora                             | 7 227.3             | 4.1                      | 302.1                         | 7 533.5      | 6 201.5                        | 1 332.0  | 0.6      | 7 140.7            | 486.1    | 6 654.6   | 692.4    | 11.6% | 4.0%     | 0.93          |
| U.Lisboa s/anexos                    | 18 982.2            |                          | 1 474.2                       | 20 456.4     | 17 454.9                       | 3 001.5  | 0.6      | 19 640.9           | 1 238.6  | 18 402.3  | 1 279.2  | 7.5%  | 1.9%     | 0.94          |
| U.Minho                              | 14 184.2            | 31.9                     | 753.5                         | 14 969.6     | 12 473.5                       | 2 496.1  | 0.6      | 14 250.6           | 993.7    | 13 256.9  | 1 190.4  | 9.9%  | 3.4%     | 0.93          |
| UNL s/anexos                         | 13 798.4            |                          | 1 144.9                       | 14 943.3     | 12 555.0                       | 2 388.3  | 0.6      | 14 267.7           | 827.1    | 13 440.6  | 1 263.5  | 10.4% | 3.1%     | 0.94          |
| U.T.L.                               | 22 583.9            |                          | 2 396.7                       | 24 980.6     | 21 165.5                       | 3 815.1  | 0.6      | 23 923.7           | 1 317.5  | 22 606.2  | 1 816.9  | 8.7%  | 1.8%     | 0.94          |
| U. Porto                             | 26 227.0            |                          | 2 195.6                       | 28 422.6     | 23 986.6                       | 4 436.0  | 0.6      | 27 181.2           | 1 474.5  | 25 706.7  | 2 164.8  | 9.2%  | 1.9%     | 0.94          |
| U.T.A.D.                             | 8 116.2             | 2.2                      | 103.9                         | 8 222.3      | 6 884.0                        | 1 338.3  | 0.6      | 7 840.7            | 534.9    | 7 305.8   | 763.4    | 11.7% | 5.2%     | 0.93          |
| I.S.C.T.E.                           | 3 482.4             |                          | 282.3                         | 3 764.7      | 2 934.9                        | 829.8    | 0.6      | 3 501.4            | 320.6    | 3 180.8   | 332.4    | 11.7% | 3.0%     | 0.91          |
| U. Açores                            | 3 050.5             |                          | 23.0                          | 3 073.5      | 2 764.3                        | 309.2    | 0.6      | 3 008.8            | 218.7    | 2 790.1   | 115.8    | 4.3%  | 3.4%     | 0.96          |
| U. Madeira                           | 2 093.6             |                          | 6.1                           | 2 099.7      | 1 870.6                        | 229.1    | 0.6      | 2 048.2            | 151.2    | 1 897.0   | 42.2     | 2.3%  | 1.4%     | 0.96          |
| Total Universidades                  | 163 215.7           | 49.1                     | 10 227.6                      | 173 492.4    | 145 895.7                      | 27 596.7 |          | 165 702.8          | 10 362.8 | 155 340.0 | 13 122.6 | 9.2%  | 2.6%     | 0.94          |

Quadro - 38 Orçamento das universidades - ano 2003

| Ano de 2003<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE        | OE       | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|-----------|----------|-------|----------|---------------|
| U. Algarve - Total                   | 8 007.4             | 0.0                      | 41.8                          | 8 049.2      | 6 904.9                        | 1 144.3  | 0.7      | 7 860.0            | 567.6    | 7 292.4   | 523.9    | 7.7%  | 2.0%     | 0.96          |
| a)Universidade                       | 4 225.0             |                          | 41.8                          |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 3.0%     |               |
| b)Politécnico                        | 3 782.4             | 0.0                      |                               |              |                                |          |          |                    |          |           |          |       | 1.1%     |               |
| U. Aveiro                            | 10 831.5            |                          | 245.1                         | 11 076.6     | 9 801.1                        | 1 275.5  | 0.7      | 10 907.8           | 584.7    | 10 323.1  | 836.3    | 8.8%  | 3.3%     | 0.97          |
| U.B.I.                               | 4 527.6             |                          | 86.5                          | 4 614.1      | 4 007.9                        | 606.2    | 0.7      | 4 520.9            | 298.9    | 4 222.0   | 358.8    | 9.3%  | 3.7%     | 0.96          |
| U. Coimbra                           | 22 051.1            |                          | 1 360.6                       | 23 411.7     | 20 352.6                       | 3 059.1  | 0.7      | 22 943.8           | 1 415.3  | 21 528.5  | 1 547.9  | 7.7%  | 1.9%     | 0.96          |
| U. Évora                             | 7 613.6             | 0.0                      | 338.4                         | 7 952.0      | 6 872.8                        | 1 079.2  | 0.7      | 7 780.8            | 502.0    | 7 278.8   | 624.2    | 9.4%  | 3.3%     | 0.96          |
| U.Lisboa s/anexos                    | 19 674.3            |                          | 1 653.7                       | 21 328.0     | 18 699.3                       | 2 628.7  | 0.7      | 20 950.2           | 1 258.6  | 19 691.6  | 1 289.3  | 7.0%  | 1.6%     | 0.96          |
| U.Minho                              | 14 816.9            | 0.0                      | 845.5                         | 15 662.4     | 13 576.6                       | 2 085.8  | 0.7      | 15 337.4           | 1 017.7  | 14 319.7  | 1 062.8  | 8.0%  | 2.4%     | 0.96          |
| UNL s/anexos                         | 14 422.8            |                          | 1 284.7                       | 15 707.5     | 13 773.5                       | 1 934.0  | 0.7      | 15 429.8           | 847.5    | 14 582.3  | 1 141.6  | 8.5%  | 2.5%     | 0.96          |
| U.T.L.                               | 23 390.3            |                          | 2 689.2                       | 26 079.5     | 22 954.4                       | 3 125.1  | 0.7      | 25 644.8           | 1 337.7  | 24 307.1  | 1 700.8  | 7.5%  | 1.5%     | 0.96          |
| U. Porto                             | 27 131.9            |                          | 2 463.1                       | 29 595.0     | 26 072.1                       | 3 522.9  | 0.7      | 29 108.9           | 1 495.5  | 27 613.4  | 1 906.8  | 7.4%  | 1.4%     | 0.96          |
| U.T.A.D.                             | 8 677.9             | 0.0                      | 116.5                         | 8 794.4      | 7 658.3                        | 1 136.1  | 0.7      | 8 622.6            | 560.7    | 8 061.9   | 756.2    | 10.4% | 4.8%     | 0.96          |
| I.S.C.T.E.                           | 3 639.0             |                          | 316.4                         | 3 955.4      | 3 258.7                        | 696.7    | 0.7      | 3 821.3            | 328.4    | 3 492.9   | 312.0    | 9.8%  | 2.4%     | 0.95          |
| U. Açores                            | 3 186.6             |                          | 25.5                          | 3 212.1      | 2 857.4                        | 354.7    | 0.7      | 3 167.8            | 223.9    | 2 943.9   | 153.7    | 5.5%  | 2.4%     | 0.97          |
| U. Madeira                           | 2 216.0             |                          | 6.9                           | 2 222.9      | 1 968.5                        | 254.4    | 0.7      | 2 189.5            | 156.9    | 2 032.6   | 135.6    | 7.1%  | 3.8%     | 0.97          |
| Total Universidades                  | 170 186.9           | 0.0                      | 11 473.9                      | 181 660.8    | 158 758.1                      | 22 902.7 |          | 178 285.8          | 10 595.4 | 167 690.4 | 12 349.9 | 8.0%  | 2.2%     | 0.96          |

Quadro - 39 Orçamento das universidades - ano 2004

| Ano de 2004<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE        | OE       | % OE | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|-----------|----------|------|----------|---------------|
| U. Algarve - Total                   | 8 300.3             | 0.0                      | 47.0                          | 8 347.3      | 7 405.8                        | 941.5    | 0.8      | 8 322.2            | 576.5    | 7 745.7   | 453.3    | 6.2% | 1.6%     | 0.98          |
| a)Universidade                       | 414.6               |                          | 47.0                          |              |                                |          |          |                    |          |           |          |      | 2.4%     |               |
| b)Politécnico                        | 3 885.7             | 0.0                      |                               |              |                                |          |          |                    |          |           |          |      | 0.7%     |               |
| U. Aveiro                            | 11 384.0            |                          | 274.9                         | 11 658.9     | 10 636.9                       | 1 022.0  | 0.8      | 11 683.6           | 602.5    | 11 081.1  | 758.0    | 7.3% | 3.0%     | 0.98          |
| U.B.I.                               | 4 681.7             |                          | 97.0                          | 4 778.7      | 4 280.0                        | 498.7    | 0.8      | 4 772.5            | 303.0    | 4 469.5   | 247.5    | 5.9% | 1.4%     | 0.98          |
| U. Coimbra                           | 22 763.9            |                          | 1 526.6                       | 24 290.5     | 21 788.7                       | 2 501.8  | 0.8      | 24 265.9           | 1 432.4  | 22 833.5  | 1 305.0  | 6.1% | 1.2%     | 0.98          |
| U. Évora                             | 7 965.9             | 0.0                      | 379.7                         | 8 345.6      | 7 466.3                        | 879.3    | 0.8      | 8 333.1            | 515.0    | 7 818.1   | 539.4    | 7.4% | 2.6%     | 0.98          |
| U.Lisboa s/anexos                    | 20 217.3            |                          | 1 855.8                       | 22 073.1     | 19 838.4                       | 2 234.7  | 0.8      | 22 058.7           | 1 267.9  | 20 790.8  | 1 099.1  | 5.6% | 0.7%     | 0.98          |
| U.Minho                              | 15 401.8            | 0.0                      | 948.7                         | 16 350.5     | 14 593.1                       | 1 757.4  | 0.8      | 16 319.0           | 1 037.1  | 15 281.9  | 962.2    | 6.7% | 1.9%     | 0.98          |
| UNL s/anexos                         | 14 866.6            |                          | 1 441.8                       | 16 308.4     | 14 736.3                       | 1 572.1  | 0.8      | 16 313.9           | 856.5    | 15 457.4  | 875.1    | 6.0% | 1.1%     | 0.98          |
| U.T.L.                               | 24 200.3            |                          | 3 017.2                       | 27 217.5     | 24 655.7                       | 2 561.8  | 0.8      | 27 239.2           | 1 356.9  | 25 882.3  | 1 575.3  | 6.5% | 1.4%     | 0.98          |
| U. Porto                             | 27 934.3            |                          | 2 764.2                       | 30 698.5     | 27 872.6                       | 2 825.9  | 0.8      | 30 736.0           | 1 509.5  | 29 226.5  | 1 613.1  | 5.8% | 0.9%     | 0.98          |
| U.T.A.D.                             | 9 117.6             | 0.0                      | 131.3                         | 9 248.9      | 8 304.4                        | 944.5    | 0.8      | 9 241.2            | 577.6    | 8 663.6   | 601.7    | 7.5% | 3.0%     | 0.98          |
| I.S.C.T.E.                           | 3 757.5             |                          | 355.2                         | 4 112.7      | 3 535.9                        | 576.8    | 0.8      | 4 077.3            | 332.5    | 3 744.8   | 251.9    | 7.2% | 1.2%     | 0.97          |
| U. Açores                            | 3 328.6             |                          | 28.9                          | 3 357.5      | 3 014.8                        | 342.7    | 0.8      | 3 354.7            | 229.3    | 3 125.4   | 181.5    | 6.2% | 2.4%     | 0.98          |
| U. Madeira                           | 2 306.2             |                          | 7.7                           | 2 313.9      | 2 073.9                        | 240.0    | 0.8      | 2 311.2            | 160.1    | 2 151.1   | 118.6    | 5.8% | 2.0%     | 0.98          |
| Total Universidades                  | 176 226.0           | 0.0                      | 12 876.0                      | 189 102.0    | 170 202.8                      | 18 899.2 |          | 189 028.6          | 10 756.8 | 178 271.8 | 10 581.7 | 6.3% | 1.5%     | 0.98          |

Quadro - 40 Orçamento das universidades - ano 2005

| Ano de 2005<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | a | Orçamento<br>Final | Propinas | OE        | OE       | % OE | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|---|--------------------|----------|-----------|----------|------|----------|---------------|
| U. Algarve - Total                   | 8 587.5             | 0.0                      | 57.7                          | 8 645.2      | 7 851.9                        | 793.3    | 1 | 8 818.1            | 584.4    | 8 233.7   | 488.1    | 6.3% | 1.4%     | 1.00          |
| a)Universidade                       | 4 599.3             |                          | 57.7                          |              |                                |          |   |                    |          |           |          |      | 2.1%     |               |
| b)Politécnico                        | 3 988.3             | 0.0                      |                               |              |                                |          |   |                    |          |           |          |      | 0.6%     |               |
| U. Aveiro                            | 11 936.5            |                          | 339.3                         | 12 275.8     | 11 391.0                       | 884.8    | 1 | 12 521.3           | 619.4    | 11 901.9  | 820.9    | 7.4% | 2.8%     | 1.00          |
| U.B.I.                               | 4 834.2             |                          | 120.0                         | 4 954.2      | 4 524.6                        | 429.6    | 1 | 5 053.3            | 306.7    | 4 746.6   | 277.1    | 6.2% | 1.2%     | 1.00          |
| U. Coimbra                           | 23 470.5            |                          | 1 884.6                       | 25 355.1     | 23 080.7                       | 2 274.4  | 1 | 25 862.2           | 1 447.9  | 24 414.3  | 1 580.8  | 6.9% | 1.1%     | 1.00          |
| U. Évora                             | 8 324.5             | 0.0                      | 468.8                         | 8 793.3      | 8 009.9                        | 783.4    | 1 | 8 969.2            | 527.6    | 8 441.6   | 623.4    | 8.0% | 2.5%     | 1.00          |
| U.Lisboa s/anexos                    | 20 750.2            |                          | 2 289.9                       | 23 040.1     | 20 920.4                       | 2 119.7  | 1 | 23 500.9           | 1 275.8  | 22 225.1  | 1 434.4  | 6.9% | 0.6%     | 1.00          |
| U.Minho                              | 15 991.2            | 0.0                      | 1 170.5                       | 17 161.7     | 15 555.6                       | 1 606.1  | 1 | 17 504.9           | 1 055.7  | 16 449.2  | 1 167.3  | 7.6% | 1.8%     | 1.00          |
| UNL s/anexos                         | 15 297.5            |                          | 1 779.0                       | 17 076.5     | 15 593.5                       | 1 483.0  | 1 | 17 418.0           | 864.0    | 16 554.0  | 1 096.5  | 7.1% | 0.9%     | 1.00          |
| U.T.L.                               | 25 014.4            |                          | 3 724.5                       | 28 738.9     | 26 228.4                       | 2 510.5  | 1 | 29 313.7           | 1 375.1  | 27 938.6  | 2 056.3  | 7.9% | 1.3%     | 1.00          |
| U. Porto                             | 28 761.5            |                          | 3 411.2                       | 32 172.7     | 29 501.8                       | 2 670.9  | 1 | 32 816.2           | 1 523.7  | 31 292.5  | 2 065.9  | 7.1% | 0.9%     | 1.00          |
| U.T.A.D.                             | 9 554.6             | 0.0                      | 162.0                         | 9 716.6      | 8 900.9                        | 815.7    | 1 | 9 910.9            | 593.4    | 9 317.5   | 653.9    | 7.5% | 2.7%     | 1.00          |
| I.S.C.T.E.                           | 3 877.9             |                          | 438.4                         | 4 316.3      | 3 789.0                        | 527.3    | 1 | 4 402.6            | 336.4    | 4 066.2   | 321.4    | 8.6% | 1.2%     | 1.00          |
| U. Açores                            | 3 467.8             |                          | 35.2                          | 3 503.0      | 3 192.2                        | 310.8    | 1 | 3 573.1            | 234.2    | 3 338.9   | 213.4    | 6.8% | 2.1%     | 1.00          |
| U. Madeira                           | 2 397.4             |                          | 9.3                           | 2 406.7      | 2 192.4                        | 214.3    | 1 | 2 454.8            | 163.1    | 2 291.7   | 140.5    | 6.5% | 1.9%     | 1.00          |
| Total Universidades                  | 182 265.7           | 0.0                      | 15 890.4                      | 198 156.1    | 180 732.3                      | 17 423.8 |   | 202 119.2          | 10 907.4 | 191 211.8 | 12 939.9 | 7.3% | 1.4%     | 1.00          |

Quadro - 41 Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2000

| Ano de 2000<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE       | OE      | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|----------|---------|-------|----------|---------------|
| ISCA-Aveiro                          | 846.5               | 13.4                     |                               | 859.9        | 559.6                          | 300.3    | 0.4      | 693.3              | 102.6    | 590.7    | 83.0    | 16.3% | 10.2%    | 0.79          |
| IP Beja                              | 2 625.6             | 31.4                     |                               | 2 657.0      | 2 117.9                        | 539.1    | 0.4      | 2 380.2            | 204.3    | 2 175.9  | 282.5   | 14.9% | 11.8%    | 0.88          |
| IP Bragança                          | 3 304.1             | 84.1                     |                               | 3 388.2      | 2 771.2                        | 617.0    | 0.4      | 3 078.4            | 257.0    | 2 821.4  | 298.6   | 11.8% | 9.9%     | 0.89          |
| IP C.Branco                          | 3 097.1             | 18.1                     |                               | 3 115.2      | 2 562.0                        | 553.2    | 0.4      | 2 838.9            | 228.5    | 2 610.4  | 307.7   | 13.4% | 11.3%    | 0.89          |
| IP Coimbra                           | 5 368.9             | 104.0                    |                               | 5 472.9      | 4 274.5                        | 1 198.4  | 0.4      | 4 848.9            | 437.1    | 4 411.8  | 579.2   | 11.30 | 11.5%    | 0.87          |
| IP Guarda                            | 3 027.0             | 98.0                     |                               | 3 125.0      | 2 370.3                        | 754.7    | 0.4      | 2 725.6            | 247.4    | 2 478.2  | 257.7   | 11.6% | 6.7%     | 0.86          |
| IP Leiria                            | 4 029.5             | 41.6                     |                               | 4 071.1      | 3 076.8                        | 994.3    | 0.4      | 3 544.0            | 351.9    | 3 192.1  | 513.6   | 19.2% | 14.9%    | 0.85          |
| IP Lisboa                            | 9 289.6             | 621.9                    |                               | 9 911.5      | 7 937.2                        | 1 974.3  | 0.4      | 8 901.5            | 657.6    | 8 243.9  | 883.8   | 12.0% | 7.8%     | 0.88          |
| IP Portalegre                        | 1 278.0             | 23.9                     |                               | 1 301.9      | 1 203.8                        | 98.1     | 0.4      | 1 267.9            | 102.0    | 1 165.9  | 47.5    | 4.2%  | 7.6%     | 0.95          |
| IP Porto                             | 9 352.6             | 436.0                    |                               | 9 788.6      | 7 934.2                        | 1 854.4  | 0.4      | 8 849.5            | 729.4    | 8 120.1  | 1 016.7 | 14.3% | 11.7%    | 0.89          |
| IP Santarém                          | 2 277.1             | 48.0                     |                               | 2 325.1      | 1 996.5                        | 328.6    | 0.4      | 2 170.5            | 190.9    | 1 979.6  | 190.1   | 10.6% | 11.6%    | 0.92          |
| IP Tomar                             | 1 647.2             | 9.6                      |                               | 1 656.8      | 1 321.1                        | 335.7    | 0.4      | 1 484.5            | 140.4    | 1 344.1  | 166.6   | 14.1% | 12.2%    | 0.88          |
| IP Setúbal                           | 3 212.3             | 42.5                     |                               | 3 254.8      | 2 619.1                        | 635.7    | 0.4      | 2 930.8            | 240.7    | 2 690.1  | 226.4   | 9.2%  | 6.3%     | 0.88          |
| IP V. Castelo                        | 2 160.4             | 16.7                     |                               | 2 177.1      | 1 658.9                        | 518.2    | 0.4      | 1 903.5            | 158.0    | 1 745.5  | 199.2   | 12.9% | 7.3%     | 0.86          |
| IP Viseu                             | 3 162.4             | 24.6                     |                               | 3 187.0      | 2 406.5                        | 780.5    | 0.4      | 2 773.1            | 233.0    | 2 540.1  | 264.0   | 11.6% | 5.7%     | 0.85          |
| Total Universidades                  | 54 678.3            | 1 613.8                  | 0.0                           | 56 292.1     | 44 809.6                       | 11 482.5 |          | 50 390.7           | 4 280.8  | 46 109.9 | 5 316.6 | 13.0% | 10.0%    | 0.88          |

Quadro - 42 Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2001

| Ano de 2001<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)    | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE       | OE      | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|----------|----------|--------------------|----------|----------|---------|-------|----------|---------------|
| ISCA-Aveiro                          | 950.2               | 6.8                      |                               | 957.0        | 650.1                          | 306.9    | 0.5      | 819.6              | 112.9    | 706.7    | 116.0   | 19.6% | 10.0%    | 0.84          |
| IP Beja                              | 2 898.4             | 16.0                     |                               | 2 914.4      | 2 354.9                        | 559.5    | 0.5      | 2 687.3            | 221.0    | 2 466.3  | 290.3   | 13.3% | 8.2%     | 0.90          |
| IP Bragança                          | 3 580.8             | 42.9                     |                               | 3 623.7      | 2 997.6                        | 626.1    | 0.5      | 3 376.9            | 273.1    | 3 103.8  | 282.4   | 10.0% | 6.2%     | 0.91          |
| IP C.Branco                          | 3 376.1             | 9.2                      |                               | 3 385.3      | 2 789.8                        | 595.5    | 0.5      | 3 149.3            | 244.2    | 2 905.1  | 294.7   | 11.3% | 6.9%     | 0.91          |
| IP Coimbra                           | 5 692.1             | 53.0                     |                               | 5 745.1      | 4 585.7                        | 1 159.4  | 0.5      | 5 268.7            | 454.3    | 4 814.4  | 402.6   | 21.45 | 3.9%     | 0.90          |
| IP Guarda                            | 3 137.3             | 50.0                     |                               | 3 187.3      | 2 518.1                        | 669.2    | 0.5      | 2 909.8            | 251.4    | 2 658.4  | 180.1   | 7.3%  | 1.6%     | 0.90          |
| IP Leiria                            | 4 322.0             | 21.2                     |                               | 4 343.2      | 3 356.7                        | 986.5    | 0.5      | 3 926.9            | 370.0    | 3 556.9  | 364.8   | 11.4% | 5.2%     | 0.89          |
| IP Lisboa                            | 9 882.6             | 317.1                    |                               | 10 199.7     | 8 598.1                        | 1 601.6  | 0.5      | 9 586.9            | 685.8    | 8 901.1  | 657.2   | 8.0%  | 4.3%     | 0.92          |
| IP Portalegre                        | 1 371.7             | 12.2                     |                               | 1 383.9      | 1 226.8                        | 157.1    | 0.5      | 1 331.5            | 107.3    | 1 224.2  | 58.2    | 5.0%  | 5.2%     | 0.94          |
| IP Porto                             | 10 083.2            | 222.4                    |                               | 10 305.6     | 8 582.7                        | 1 722.9  | 0.5      | 9 633.0            | 771.0    | 8 862.0  | 742.0   | 9.1%  | 5.7%     | 0.92          |
| IP Santarém                          | 2 578.4             | 24.5                     |                               | 2 602.9      | 2 197.5                        | 405.4    | 0.5      | 2 448.2            | 212.0    | 2 236.2  | 256.7   | 13.0% | 11.0%    | 0.92          |
| IP Tomar                             | 1 811.4             | 4.9                      |                               | 1 816.3      | 1 449.1                        | 367.2    | 0.5      | 1 665.4            | 151.4    | 1 514.0  | 169.9   | 12.6% | 7.8%     | 0.90          |
| IP Setúbal                           | 3 332.4             | 21.7                     |                               | 3 354.1      | 2 736.0                        | 618.1    | 0.5      | 3 106.0            | 244.8    | 2 861.2  | 171.0   | 6.4%  | 1.7%     | 0.91          |
| IP V. Castelo                        | 2 269.4             | 8.5                      |                               | 2 277.9      | 1 797.6                        | 480.3    | 0.5      | 2 078.5            | 162.8    | 1 915.7  | 170.3   | 9.8%  | 3.0%     | 0.89          |
| IP Viseu                             | 3 263.9             | 12.5                     |                               | 3 276.4      | 2 570.1                        | 706.3    | 0.5      | 2 981.7            | 235.8    | 2 745.9  | 205.9   | 8.1%  | 1.2%     | 0.89          |
| Total Universidades                  | 58 549.9            | 822.9                    | 0.0                           | 59 372.8     | 48 410.8                       | 10 962.0 |          | 54 969.6           | 4 497.8  | 50 471.8 | 4 362.1 | 9.5%  | 5.1%     | 0.91          |



Quadro - 43 Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2002

| Ano de 2002<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)   | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE       | OE      | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|---------|----------|--------------------|----------|----------|---------|-------|----------|---------------|
| ISCA-Aveiro                          | 1 033.9             | 3.5                      |                               | 1 037.4      | 754.0                          | 283.4   | 0.6      | 942.5              | 120.4    | 822.1    | 115.4   | 16.3% | 6.7%     | 0.89          |
| IP Beja                              | 3 023.6             | 8.2                      |                               | 3 031.8      | 2 522.4                        | 509.4   | 0.6      | 2 884.6            | 226.1    | 2 658.5  | 192.2   | 7.8%  | 2.3%     | 0.93          |
| IP Bragança                          | 3 831.1             | 21.9                     |                               | 3 853.0      | 3 255.6                        | 597.4   | 0.6      | 3 686.3            | 286.5    | 3 399.8  | 296.1   | 9.5%  | 4.9%     | 0.94          |
| IP C.Branco                          | 3 588.0             | 4.7                      |                               | 3 592.7      | 3 026.9                        | 565.8   | 0.6      | 3 433.7            | 254.4    | 3 179.3  | 274.2   | 9.4%  | 4.2%     | 0.94          |
| IP Coimbra                           | 5 886.6             | 27.0                     |                               | 5 913.6      | 4 881.3                        | 1 032.3 | 0.6      | 5 610.7            | 460.6    | 5 150.1  | 335.7   | 37.48 | 1.4%     | 0.93          |
| IP Guarda                            | 3 238.2             | 25.5                     |                               | 3 263.7      | 2 690.1                        | 573.6   | 0.6      | 3 094.9            | 254.4    | 2 840.5  | 182.2   | 6.9%  | 1.2%     | 0.93          |
| IP Leiria                            | 4 501.9             | 10.8                     |                               | 4 512.7      | 3 632.4                        | 880.3   | 0.6      | 4 243.8            | 377.9    | 3 865.9  | 309.0   | 8.7%  | 2.1%     | 0.92          |
| IP Lisboa                            | 10 131.6            | 161.7                    |                               | 10 293.3     | 8 946.4                        | 1 346.9 | 0.6      | 9 949.6            | 689.3    | 9 260.3  | 359.3   | 4.0%  | 0.5%     | 0.95          |
| IP Portalegre                        | 1 427.1             | 6.2                      |                               | 1 433.3      | 1 248.6                        | 184.7   | 0.6      | 1 386.6            | 109.5    | 1 277.1  | 53.0    | 4.3%  | 2.0%     | 0.95          |
| IP Porto                             | 10 617.7            | 113.4                    |                               | 10 731.1     | 9 148.9                        | 1 582.2 | 0.6      | 10 300.2           | 795.9    | 9 504.3  | 642.2   | 7.2%  | 3.2%     | 0.94          |
| IP Santarém                          | 2 739.4             | 12.5                     |                               | 2 751.9      | 2 329.3                        | 422.6   | 0.6      | 2 634.5            | 220.8    | 2 413.7  | 177.5   | 7.9%  | 4.2%     | 0.94          |
| IP Tomar                             | 1 919.5             | 2.5                      |                               | 1 922.0      | 1 572.8                        | 349.2   | 0.6      | 1 818.0            | 157.3    | 1 660.7  | 146.7   | 9.7%  | 3.9%     | 0.93          |
| IP Setúbal                           | 3 334.4             | 11.1                     |                               | 3 345.5      | 2 861.2                        | 484.3   | 0.6      | 3 214.8            | 240.2    | 2 974.6  | 113.4   | 4.0%  | -0.2%    | 0.94          |
| IP V. Castelo                        | 2 349.6             | 4.3                      |                               | 2 353.9      | 1 944.6                        | 409.3   | 0.6      | 2 234.0            | 165.2    | 2 068.8  | 153.1   | 8.0%  | 1.5%     | 0.93          |
| IP Viseu                             | 3 340.4             | 6.4                      |                               | 3 346.8      | 2 755.3                        | 591.5   | 0.6      | 3 172.4            | 236.6    | 2 935.8  | 189.8   | 6.9%  | 0.3%     | 0.93          |
| Total Universidades                  | 60 963.0            | 419.7                    | 0.0                           | 61 382.7     | 51 569.8                       | 9 812.9 |          | 58 606.7           | 4 595.1  | 54 011.6 | 3 539.8 | 7.0%  | 5.1%     | 0.94          |

Quadro - 44 Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2003

| Ano de 2003<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)   | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE       | OE      | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|---------|----------|--------------------|----------|----------|---------|-------|----------|---------------|
| ISCA-Aveiro                          | 1 108.8             | 0.0                      |                               | 1 108.8      | 864.4                          | 244.4   | 0.7      | 1 056.2            | 126.6    | 929.6    | 107.5   | 13.1% | 5.1%     | 0.93          |
| IP Beja                              | 3 148.4             | 0.0                      |                               | 3 148.4      | 2 714.0                        | 434.4   | 0.7      | 3 078.4            | 230.8    | 2 847.6  | 189.2   | 7.1%  | 2.1%     | 0.96          |
| IP Bragança                          | 4 039.8             | 0.0                      |                               | 4 039.8      | 3 514.8                        | 525.0   | 0.7      | 3 959.9            | 296.1    | 3 663.8  | 264.0   | 7.8%  | 3.4%     | 0.96          |
| IP C.Branco                          | 3 735.6             | 0.0                      |                               | 3 735.6      | 3 245.2                        | 490.4   | 0.7      | 3 660.2            | 259.7    | 3 400.5  | 221.2   | 7.0%  | 2.1%     | 0.96          |
| IP Coimbra                           | 5 945.2             | 0.0                      |                               | 5 945.2      | 5 099.4                        | 845.8   | 0.7      | 5 805.3            | 456.1    | 5 349.2  | 199.1   | 3.9%  | -1.0%    | 0.96          |
| IP Guarda                            | 3 303.8             | 0.0                      |                               | 3 303.8      | 2 841.3                        | 462.5   | 0.7      | 3 228.4            | 254.5    | 2 973.9  | 133.3   | 4.7%  | 0.0%     | 0.96          |
| IP Leiria                            | 4 639.7             | 0.0                      |                               | 4 639.7      | 3 906.1                        | 733.6   | 0.7      | 4 508.0            | 381.8    | 4 126.2  | 260.2   | 6.7%  | 1.0%     | 0.95          |
| IP Lisboa                            | 10 239.6            | 0.0                      |                               | 10 239.6     | 9 175.5                        | 1 064.1 | 0.7      | 10 118.8           | 683.0    | 9 435.8  | 175.4   | 1.9%  | -9.0%    | 0.97          |
| IP Portalegre                        | 1 451.5             | 0.0                      |                               | 1 451.5      | 1 273.5                        | 178.0   | 0.7      | 1 426.1            | 109.2    | 1 316.9  | 39.8    | 3.1%  | -3.0%    | 0.96          |
| IP Porto                             | 11 080.3            | 0.0                      |                               | 11 080.3     | 9 723.9                        | 1 356.4 | 0.7      | 10 886.8           | 814.3    | 10 072.5 | 568.3   | 6.0%  | 2.3%     | 0.96          |
| IP Santarém                          | 2 829.1             | 0.0                      |                               | 2 829.1      | 2 443.9                        | 385.2   | 0.7      | 2 767.8            | 223.6    | 2 544.2  | 130.5   | 5.4%  | 1.2%     | 0.96          |
| IP Tomar                             | 1 978.5             | 0.0                      |                               | 1 978.5      | 1 678.2                        | 300.3   | 0.7      | 1 926.2            | 159.0    | 1 767.2  | 106.5   | 6.4%  | 1.1%     | 0.95          |
| IP Setúbal                           | 3 418.5             | 0.0                      |                               | 3 418.5      | 2 974.6                        | 443.9   | 0.7      | 3 351.0            | 241.4    | 3 109.6  | 135.0   | 4.5%  | 0.5%     | 0.96          |
| IP V. Castelo                        | 2 422.4             | 0.0                      |                               | 2 422.4      | 2 091.1                        | 331.3   | 0.7      | 2 369.5            | 167.0    | 2 202.5  | 133.7   | 6.5%  | 1.1%     | 0.96          |
| IP Viseu                             | 3 395.7             | 0.0                      |                               | 3 395.7      | 2 925.9                        | 469.8   | 0.7      | 3 319.9            | 235.8    | 3 084.1  | 148.3   | 5.1%  | -0.3%    | 0.96          |
| Total Universidades                  | 62 736.9            | 0.0                      | 0.0                           | 62 736.9     | 54 471.8                       | 8 265.1 |          | 61 462.5           | 4 638.9  | 56 823.6 | 2 812.0 | 5.2%  | 1.0%     | 0.96          |

Quadro - 45 Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2004

| Ano de 2004<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)   | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE       | OE      | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|---------|----------|--------------------|----------|----------|---------|-------|----------|---------------|
| ISCA-Aveiro                          | 1 198.9             | 0.0                      |                               | 1 198.9      | 985.5                          | 213.4   | 0.8      | 1 179.3            | 134.2    | 1 045.1  | 115.5   | 12.4% | 6.0%     | 0.96          |
| IP Beja                              | 3 267.7             | 0.0                      |                               | 3 267.7      | 2 897.6                        | 370.1   | 0.8      | 3 257.6            | 234.8    | 3 022.8  | 175.0   | 6.1%  | 1.8%     | 0.98          |
| IP Bragança                          | 4 227.3             | 0.0                      |                               | 4 227.3      | 3 758.6                        | 468.7   | 0.8      | 4 216.2            | 303.8    | 3 912.4  | 248.6   | 6.8%  | 2.6%     | 0.98          |
| IP C.Branco                          | 3 840.9             | 0.0                      |                               | 3 840.9      | 3 427.9                        | 413.0   | 0.8      | 3 833.5            | 261.8    | 3 571.7  | 171.1   | 5.0%  | 0.8%     | 0.98          |
| IP Coimbra                           | 6 019.3             | 0.0                      |                               | 6 019.3      | 5 309.7                        | 709.6   | 0.8      | 5 994.9            | 452.7    | 5 542.2  | 193.0   | 3.6%  | -0.7%    | 0.98          |
| IP Guarda                            | 3 374.8             | 0.0                      |                               | 3 374.8      | 2 978.2                        | 396.6   | 0.8      | 3 361.4            | 254.8    | 3 106.6  | 132.6   | 4.5%  | 0.1%     | 0.98          |
| IP Leiria                            | 4 705.1             | 0.0                      |                               | 4 705.1      | 4 102.4                        | 602.7   | 0.8      | 4 676.3            | 379.6    | 4 296.7  | 170.5   | 4.1%  | -0.6%    | 0.97          |
| IP Lisboa                            | 10 334.7            | 0.0                      |                               | 10 334.7     | 9 336.7                        | 998.0   | 0.8      | 10 337.8           | 675.8    | 9 662.0  | 226.2   | 2.4%  | -1.1%    | 0.98          |
| IP Portalegre                        | 1 497.2             | 0.0                      |                               | 1 497.2      | 1 331.7                        | 165.5   | 0.8      | 1 493.4            | 110.4    | 1 383.0  | 66.1    | 5.0%  | 1.1%     | 0.98          |
| IP Porto                             | 11 384.4            | 0.0                      |                               | 11 384.4     | 10 146.1                       | 1 238.3 | 0.8      | 11 359.5           | 820.3    | 10 539.2 | 466.7   | 4.6%  | 0.7%     | 0.98          |
| IP Santarém                          | 2 931.6             | 0.0                      |                               | 2 931.6      | 2 584.7                        | 346.9   | 0.8      | 2 919.5            | 227.1    | 2 692.4  | 148.1   | 5.8%  | 1.6%     | 0.98          |
| IP Tomar                             | 2 056.2             | 0.0                      |                               | 2 056.2      | 1 800.6                        | 255.6   | 0.8      | 2 045.2            | 162.0    | 1 883.2  | 116.0   | 6.6%  | 1.9%     | 0.98          |
| IP Setúbal                           | 3 465.6             | 0.0                      |                               | 3 465.6      | 3 109.6                        | 356.0   | 0.8      | 3 462.3            | 239.9    | 3 222.4  | 112.7   | 3.6%  | -0.6%    | 0.98          |
| IP V. Castelo                        | 2 480.9             | 0.0                      |                               | 2 480.9      | 2 211.4                        | 269.5   | 0.8      | 2 475.5            | 167.7    | 2 307.8  | 105.3   | 4.8%  | 0.4%     | 0.98          |
| IP Viseu                             | 3 378.1             | 0.0                      |                               | 3 378.1      | 3 007.9                        | 370.2   | 0.8      | 3 370.1            | 229.9    | 3 140.2  | 56.1    | 1.8%  | -2.5%    | 0.98          |
| Total Universidades                  | 64 162.7            | 0.0                      | 0.0                           | 64 162.7     | 56 988.6                       | 7 174.1 |          | 63 982.4           | 4 654.8  | 59 327.6 | 2 503.5 | 4.4%  | 0.3%     | 0.98          |

Quadro 46 Orçamento dos institutos politécnicos - ano 2005

| Ano de 2005<br>milhares de<br>contos | Formação<br>inicial | Orçamento<br>CESE<br>0.8 | Padrão<br>Mestr/espec.<br>0.8 | Total<br>(B) | Orçamento<br>Tendencial<br>(C) | (B-C)   | $\alpha$ | Orçamento<br>Final | Propinas | OE       | OE      | % OE  | % alunos | Rel.<br>Conv. |
|--------------------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------------|---------|----------|--------------------|----------|----------|---------|-------|----------|---------------|
| ISCA-Aveiro                          | 1 292.2             | 0.0                      |                               | 1 292.2      | 1 104.4                        | 187.8   | 1        | 1 318.0            | 141.8    | 1 176.2  | 131.1   | 12.5% | 5.7%     | 1.00          |
| IP Beja                              | 3 382.6             | 0.0                      |                               | 3 382.6      | 3 067.7                        | 314.9   | 1        | 3 450.3            | 238.3    | 3 212.0  | 189.3   | 6.3%  | 1.5%     | 1.00          |
| IP Bragança                          | 4 383.1             | 0.0                      |                               | 4 383.1      | 3 977.1                        | 406.0   | 1        | 4 470.8            | 308.8    | 4 162.0  | 249.6   | 6.4%  | 1.7%     | 1.00          |
| IP C.Branco                          | 3 936.0             | 0.0                      |                               | 3 936.0      | 3 588.4                        | 347.6   | 1        | 4 014.7            | 263.0    | 3 751.7  | 180.1   | 5.0%  | 0.5%     | 1.00          |
| IP Coimbra                           | 6 161.3             | 0.0                      |                               | 6 161.3      | 5 561.7                        | 599.6   | 1        | 6 284.5            | 454.3    | 5 830.2  | 288.0   | 5.2%  | 0.4%     | 1.00          |
| IP Guarda                            | 3 453.8             | 0.0                      |                               | 3 453.8      | 3 117.0                        | 336.8   | 1        | 3 522.9            | 255.7    | 3 267.2  | 160.7   | 5.2%  | 0.3%     | 1.00          |
| IP Leiria                            | 4 790.7             | 0.0                      |                               | 4 790.7      | 4 289.0                        | 501.7   | 1        | 4 886.5            | 378.9    | 4 507.6  | 210.9   | 4.9%  | -0.2%    | 1.00          |
| IP Lisboa                            | 10 477.3            | 0.0                      |                               | 10 477.3     | 9 603.2                        | 874.1   | 1        | 10 686.8           | 671.7    | 10 015.1 | 353.2   | 3.7%  | -0.6%    | 1.00          |
| IP Portalegre                        | 1 542.4             | 0.0                      |                               | 1 542.4      | 1 396.8                        | 145.6   | 1        | 1 573.2            | 111.5    | 1 461.7  | 78.8    | 5.7%  | 1.0%     | 1.00          |
| IP Porto                             | 11 764.9            | 0.0                      |                               | 11 764.9     | 10 677.9                       | 1 087.0 | 1        | 12 000.2           | 831.0    | 11 169.2 | 629.9   | 6.0%  | 1.3%     | 1.00          |
| IP Santarém                          | 3 032.2             | 0.0                      |                               | 3 032.2      | 2 730.2                        | 302.0   | 1        | 3 092.8            | 230.3    | 2 862.5  | 170.2   | 6.3%  | 1.4%     | 1.00          |
| IP Tomar                             | 2 137.0             | 0.0                      |                               | 2 137.0      | 1 918.9                        | 218.1   | 1        | 2 179.7            | 165.0    | 2 014.7  | 131.5   | 7.0%  | 1.9%     | 1.00          |
| IP Setúbal                           | 3 555.7             | 0.0                      |                               | 3 555.7      | 3 222.3                        | 333.4   | 1        | 3 626.8            | 241.3    | 3 385.5  | 163.1   | 5.1%  | 0.6%     | 1.00          |
| IP V. Castelo                        | 2 551.8             | 0.0                      |                               | 2 551.8      | 2 327.3                        | 224.5   | 1        | 2 602.8            | 169.1    | 2 433.7  | 125.9   | 5.5%  | 0.8%     | 1.00          |
| IP Viseu                             | 3 407.1             | 0.0                      |                               | 3 407.1      | 3 105.0                        | 302.1   | 1        | 3 475.2            | 227.4    | 3 247.8  | 107.6   | 3.4%  | -1.1%    | 1.00          |
| Total Universidades                  | 65 868.1            | 0.0                      | 0.0                           | 65 868.1     | 59 686.9                       | 6 181.2 |          | 67 185.5           | 4 688.1  | 62 497.4 | 3 169.9 | 5.3%  | 0.7%     | 1.00          |